



2017

RELATÓRIO E **CONTAS**

HORÁRIOS DO FUNCHAL TRANSPORTES PÚBLICOS, S.A.

O Relatório e Contas da Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. foram aprovados em Assembleia-Geral de 26 de abril de 2018

Índice

RELATÓRIO E CONTAS	11
RELATÓRIO DE GESTÃO	16
CONTAS DO EXERCÍCIO	51
ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	55
1. Identificação da entidade	55
1.1. Designação da Entidade	55
1.2. Sede	55
1.3. Natureza da atividade	55
2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	55
2.1 Disposições gerais	55
2.2 Derrogações às disposições do SNC	56
2.3 Comparabilidade com o ano anterior.....	56
3. Principais políticas contabilísticas.....	56
3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	56
3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes.....	57
3.3. Principais estimativas e Julgamentos	67
3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro	70
3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas	70
4. Fluxos de caixa	71
4.1 Saldos não disponíveis, para uso	71
4.2 Desagregação de valores	71
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	71
6. Ativos fixos tangíveis	72
7. Ativos fixos intangíveis.....	75
8. Participações financeiras-método da equivalência patrimonial.....	75
9. Participações financeiras – outros métodos.....	76
11. Impostos sobre o rendimento.....	77
12. Inventários	79
13. Clientes	80

14.	Estado e outros entes públicos.....	81
15.	Outros créditos a receber	82
16.	Diferimentos.....	83
19.	Reservas legais	84
20.	Outras reservas	84
21.	Resultados transitados	84
22.	Ajustamentos em ativos financeiros.....	84
23.	Excedentes de revalorização.....	85
24.	Outras variações no capital próprio	85
25.	Financiamentos obtidos.....	86
26.	Outras dívidas a pagar	87
27.	Fornecedores.....	88
28.	Vendas e serviços prestados	88
29.	Subsídios à exploração	89
30.	Ganhos/perdas imputadas Subs., Assoc. e Emp. Conjuntos.....	89
31.	Variação nos inventários da produção.....	90
32.	Trabalhos para a própria entidade	90
33.	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	90
34.	Fornecimentos e serviços externos.....	92
35.	Gastos com o pessoal.....	93
36.	Outros rendimentos e ganhos	94
37.	Outros gastos e perdas	95
38.	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	95
39.	Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)	96
40.	Juros e gastos similares suportados	96
41.	Garantias.....	96
42.	Divulgações de partes relacionadas.....	97
43.	Acontecimentos após a data de balanço	98

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	99
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	101
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	105

Agradecimentos

A execução do orçamento e plano de atividades no exercício de 2017 só foi possível, graças à pronta colaboração de diversas entidades e pessoas, às quais não poderíamos deixar de agradecer.

Entende o Conselho de Administração mencionar de forma particular:

- A todos os colaboradores da Horários do Funchal Transportes Públicos S.A, pelo esforço, dedicação e empenho no cumprimento dos objetivos propostos;
- Os nossos clientes sem exceção;
- Os nossos fornecedores e prestadores de serviços;
- O nosso Revisor Oficial de Contas, pela cooperação no acompanhamento da atividade da empresa;
- As entidades públicas e instituições financeiras com quem trabalhamos, pela confiança e apoio demonstrados;
- A Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A, nossa acionista;
- A RAM, também nossa acionista, em particular à Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura e à Vice-presidência do Governo Regional e os seus serviços, que nos ajudaram no cumprimento dos objetivos e consolidação do plano de negócios e investimentos nos seus diversos aspetos.

A todas as pessoas, o nosso **muito obrigado**.

RELATÓRIO E CONTAS

APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

A HORÁRIOS DO FUNCHAL - TRANSPORTES PÚBLICOS, S.A. é uma sociedade anónima, de natureza privada, detida por 95% pelo Governo Regional da Madeira e 5% da Empresa de Eletricidade da Madeira, tem a sua sede na Travessa da Fundoa de Baixo, 5 – São Roque, 9020 - 242 FUNCHAL, Registada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal, sob o nº 03441/86.08.28, agora único 511 026 340 e Pessoa Coletiva nº 511 026 340, o seu Capital Social é de 17.852.360,00 Euros e Capital Próprio de 16.277.482,74 Euros.

A Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. (HF), dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte urbano e local, por autocarro.

A 31 de Dezembro de 2017, a Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A. detinha as seguintes participações no capital social nas seguintes empresas:

- 100% na Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.;
- 5% na Otimização e Planeamento de Transporte, S.A..

ORGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE António José Jardim Faria

SECRETÁRIO António Manuel Pita Rentróia

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

VOGAL Cláudia Patrícia Pereira do Couto Cardoso

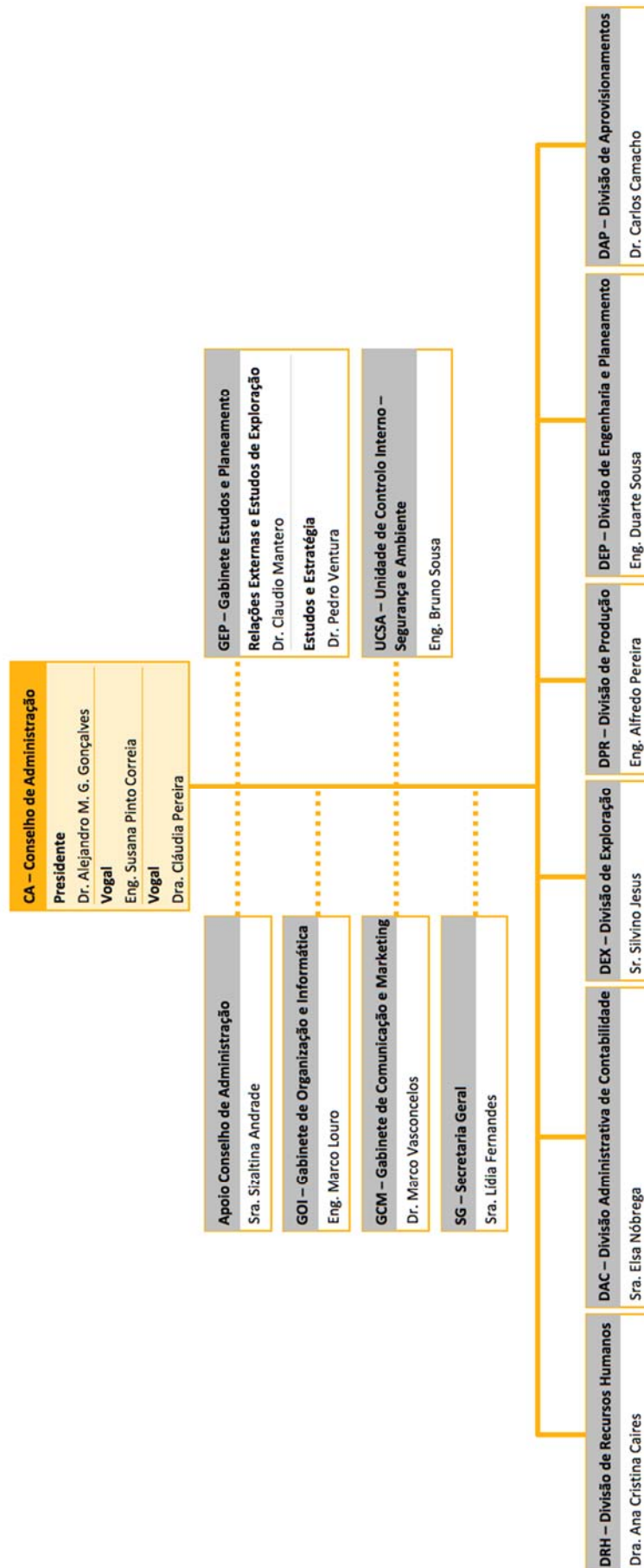
VOGAL Susana Maria Florença Pinto Correia

FISCAL ÚNICO

BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. SROC nº.29

Representado por João Paulo Torres da Cunha Ferreira ROC Nº.956

1. MACROESTRUTURA



VISÃO

“Ser a melhor empresa de transportes públicos de passageiros do País na Mobilidade, na Rentabilidade e nos Recursos Humanos.”

MISSÃO

“Prestar o melhor serviço de mobilidade às pessoas, com qualidade e pontualidade, no concelho do Funchal”

CULTURA

Criar um ambiente de valorização e desenvolvimento profissional, onde cada colaborador lhe seja dado a oportunidade de explorar a sua criatividade e experiência pessoal, com o objetivo de criar valor às atividades do dia-a-dia, contribuindo assim para a melhoria contínua dos processos de inovação da HF.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Mudar e melhorar os serviços com o objetivo de aumentar a produtividade e competitividade da HF.

INOVAÇÃO

Agir com iniciativa e inovação para acrescentar valor aos serviços de transporte público coletivo de passageiros de âmbito local e regional afirmando-se como alternativa ao transporte privado individual.

Incentivar a procura e partilhar o conhecimento com o objetivo de desenvolver soluções que envolvam a experiência e resultados na área da mobilidade, tanto tecnologicamente como a nível organizacional.

Participação ativa de todos com que trabalhamos, nos projetos de investigação e desenvolvimento, nas áreas das tecnologias de informação, em iniciativas nacionais e internacionais e que para isso, contamos com o conhecimento e experiência de mais de 30 anos dos nossos colaboradores altamente qualificados, de modo a permitir oferecer e adotar soluções à altura dos desafios impostos pelos nossos clientes.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

É preocupação da HF incentivar e responder às necessidades em mobilidade, com cariz social, económico e ambiental. Deste modo, promovendo e protegendo o direito ao trabalho, quer em matéria profissional quer familiar, promovendo a igualdade no trabalho e no emprego e garantindo o bem-estar dos seus colaboradores tanto em direitos humanos como em igualdade e oportunidades.

Garantir a transparência, isenção e rigor nos negócios e na informação prestada a todos os intervenientes desde acionistas, fornecedores, clientes, instituições financeiras e colaboradores.

Adotar e promover procedimentos ambientais em todas as áreas onde somos socialmente responsáveis.

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES**Indicadores operacionais**

Descrição	2015	2016	Var.	2017	Var.
N.º Viaturas	163	151	-7,36%	149	-1,32%
N.º de Motoristas	259	259	0,00%	259	0,00%
N.º de Metalúrgicos	93	91	-2,15%	86	-5,49%
Total de trabalhadores	433	429	-0,92%	427	-0,47%
Motoristas / viatura	1,59	1,72	7,95%	1,74	1,34%
Metalúrgicos / viatura	0,57	0,60	5,63%	0,58	-4,23%
Total trab. / viatura	2,66	2,84	6,95%	2,87	0,87%
População Servida	105 562	104 813	-0,71%	(*)	(*)
N.º de Carreiras	62	62	0,00%	62	0,00%
Extensão da Rede - km	198	198	0,00%	198	0,00%
Total de Viagens	769 570	770 603	0,13%	767 784	-0,37%
Taxa de Ocupação	14,92%	14,82%	-0,67%	14,88%	0,40%
Lotação média	77	77	0,00%	77	0,00%
Velocidade média	17,10	17,00	-0,58%	16,70	-1,76%
Passageiros Transportados	17 217 422	16 978 545	-1,39%	16 891 500	-0,51%
Quilómetros percorridos	5 721 755	5 708 988	-0,22%	5 675 934	-0,58%
(*) - Indisponíveis					

Indicadores Financeiros

Demonstração do resultado por Km percorrido	2017	2016	2015
Custos e perdas			
Custos exploração / Km	3,22	3,13	3,32
Outros custos / Km	0,08	0,08	0,19
Total de Custos / Km	3,30	3,21	3,51
Proveitos e ganhos			
Proveitos de exploração / Km	3,11	3,29	3,69
Outros proveitos / Km	0,00	0,01	0,07
Total de proveitos / Km	3,11	3,30	3,76
Resultado líquido / Km	-0,19	0,09	0,25

Demonstração do resultado p/ passageiro transportado	2017	2016	2015
Custos e perdas			
Custos exploração / Passageiro	1,08	1,05	1,10
Outros custos / Passageiro	0,03	0,03	0,07
Total de custos / Passageiro	1,11	1,08	1,17
Proveitos e ganhos			
Proveitos de exploração / Passageiro	1,05	1,11	1,23
Outros proveitos / Passageiro	0,00	0,00	0,02
Total de proveitos / Passageiro	1,05	1,11	1,25
Resultado líquido / Passageiro	-0,06	0,03	0,08

RELATÓRIO DE GESTÃO

Senhores Acionistas

Nos termos da Lei e dos Estatutos submetemos à vossa apreciação o Relatório e Contas da sociedade Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. seguidamente designada por HF, respeitante à atividade desenvolvida ao longo do ano de 2017.

A HF dedica-se à atividade de serviço público de transportes de passageiros em regime de concessão, em exclusivo no concelho do Funchal, em circunstâncias e condições especiais, enfrentando uma difícil orografia, vencendo uma rede rodoviária sinuosa e complexa, e desenvolvendo uma relevante função social.

A HF, atenta à responsabilidade do serviço social que presta, procura facilitar a mobilidade de toda a população e visitantes, quando se deslocam para as suas atividades, dentro da nossa cidade, dando resposta adequada às suas necessidades, planeando a oferta de serviços de transporte, com a qualidade e segurança que lhe é reconhecida.

Para perceber um pouco a evolução da atividade da HF nestes últimos anos, é necessário lembrar que Portugal solicitou em 2011 assistência financeira internacional e que a Região Autónoma da Madeira solicitou ajuda financeira à República. Para garantir o seu financiamento foi criado um Plano de Assistência Económica e Financeira (PAEF) para ser aplicado aos anos de 2011/2015.

O Plano acima referido tinha como um dos objetivos contribuir para o equilíbrio da situação económica e financeira das empresas participadas com capitais públicos. Impunha, entre outras medidas, reduções drásticas nas despesas, impedimento ao investimento e a aumentos salariais, corte nas indemnizações compensatórias e nos aumentos do tarifário.

Tais medidas, tiveram implicações diretas na atividade que desenvolvemos, transporte de passageiros, como, por exemplo, que resultaram no envelhecimento da frota, na diminuição da receita e num decréscimo de passageiros transportados.

Por outro lado, no que diz respeito à redução de custos que resultou da implementação de políticas de controlo e de eficiência, permitiu que a HF revisse toda a sua atividade, tanto nos custos com a contratação de bens e serviços, como nos custos com o pessoal e, ainda, com a gestão operacional da exploração dos seus serviços, ajustando a oferta à procura, o que resultou numa melhoria dos resultados apresentados nestes últimos anos.

O efeito destas medidas, anteriormente referidas, permitiram à empresa, neste exercício específico, conter o efeito negativo do não recebimento das Indemnizações Compensatórias relativas a 2017.

Contudo as necessidades de tesouraria continuam presentes, mesmo com uma acentuada descida das taxas de juro, indexantes à taxa Euribor e respetivos encargos, sendo imprevisível quanto à sua manutenção. Por outro lado, há a incerteza quanto ao montante e datas na atribuição e recebimento das indemnizações compensatórias e das prestações suplementares, que influenciam um correto planeamento financeiro e, por conseguinte, a gestão de tesouraria da empresa.

O equilíbrio da atividade operacional e dos resultados da empresa, encontram-se dependentes da continuidade da capacidade de articulação dos proveitos de exploração com os custos de exploração, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual deverá ser enquadrada no Plano Integrado e Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020, o qual resultou, em parte do seguinte:

- Nos termos do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, os Municípios são a Autoridade de Transportes competente quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros de âmbito municipal que se desenvolvam na respetiva área geográfica;
- Que o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros foi adaptado à Região Autónoma da Madeira através do Decreto Legislativo Regional n.º 37/2016/M, de 17 de agosto, o qual veio clarificar a opção de assunção de competências atribuída aos Municípios no artigo 14.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, para que todos os agentes envolvidos (Município, Região Autónoma da Madeira, operadores e passageiros) possam atuar de acordo com um quadro de estabilidade e previsibilidade relativamente às competências de cada um;
- As negociações entre o Município do Funchal e a Vice-presidência do Governo Regional com a tutela dos transportes, para a assunção de competências, ainda não estão concluídas. Para a HF, tal indefinição tem implicações na tesouraria da empresa, quer pela falta de recebimento das Indemnizações Compensatórias, quer pela necessidade de um contrato de concessão com um período mínimo de 10 anos, o qual permitiria, desta forma, à empresa proceder à implementação dum plano de renovação da frota, bem como dos equipamentos embarcados, das suas instalações e diversos equipamentos e software, necessários a sua plena laboração.

Complementarmente a deliberação, em 29/12/2017, da subscrição de prestações suplementares de capital por parte dos acionistas da HF, Região Autónoma da Madeira e Empresa de Eletricidade da Madeira no montante de 1.061.907,83 euros, cabendo a cada uma delas, 1.008.812,44 euros e 53.095,39 euros, respetivamente, ainda se encontra por definir, a data da sua realização.

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO

EVOLUÇÃO DA OFERTA

A Horários do Funchal, *transportes públicos S.A.* é a empresa de transportes públicos urbanos que assegura o transporte coletivo de passageiros, em modo rodoviário, no concelho do Funchal.

No ano de 2017, a atividade decorreu com normalidade, muito embora fortemente condicionada pelo incremento de um cada vez maior número de atividades socioculturais e desportivas a decorrer, principalmente, na Av. do Mar e das Comunidades Madeirenses e na Estrada Monumental, dois dos principais eixos rodoviários por onde circula o maior número de carreiras da rede do serviço urbano.

Estas condicionantes introduzem sérios fatores de perturbação, principalmente ao fim de semana ou em dias úteis ao final da tarde, causando desagrado aos clientes, pelo impacto negativo desses eventos sobre as conseqüentes alterações de percurso e que implicaram maiores distâncias a percorrer a pé, em resultado dos desvios e da deslocalização dos habituais pontos de transbordo entre as carreiras.

Por outro lado, manteve-se a monitorização sobre a evolução da oferta, com o propósito maior de melhorar a eficiência, coordenar transbordos, otimizar o planeamento e garantir padrões de qualidade, conforto e oportunidade, elevando o nosso contributo para a mobilidade sustentável na cidade do Funchal.

Neste ano, a estabilidade da rede de carreiras foi conseguida, tendo reflexos importantíssimos na procura e na satisfação das necessidades dos clientes de deslocação, cumprindo horários, frequências e carreiras.

O número máximo de autocarros empenhados no período de “ponta”, foi igual ao dos anos anteriores, como se poderá comprovar pelo quadro seguinte:

QUADRO DA EVOLUÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE AUTOCARROS					
DESIGNAÇÃO	2015	2016	Variação	2017	Variação
Rede Geral	97	97	0,00%	97	0,00%
Reda Z. Altas	4	4	0,00%	4	0,00%
PMR	2	2	0,00%	2	0,00%
Mobi/Eco	3	3	0,00%	3	0,00%

Também, neste ano, não se verificaram alterações no número de unidades afetas a cada serviço e a *lotação média* manteve-se nos 77 lugares, o que representa uma *mais valia* quanto aos padrões de qualidade e conforto para os nossos passageiros.

O quadro seguinte apresenta a variação, da *lotação média*, nos últimos três anos:

QUADRO DA LOTAÇÃO MÉDIA					
DESIGNAÇÃO	2015	2016	Variação	2017	Variação
Lotação Média	77	77	0,00%	77	0,00%

A extensão da *rede simples* manteve nos 198,4 km, garantindo assim a mesma *taxa de cobertura* da rede de carreiras no Concelho do Funchal.

O total de km realizados desceu 0,58%, em relação ao ano anterior, na sequência dos ajustamentos efetuados, os quais não influenciaram a *capacidade de transporte* nem a *oportunidade* de deslocação, contribuindo para a redução do consumo de combustível, com impacto positivo na redução da emissão de gases poluentes para o ambiente.

Em 2017, foram realizadas 767 784 viagens e a *velocidade comercial*, apurada com base nos registos eletrónicos do Sistema de Apoio a Exploração - SAE, manteve-se, dentro do padrão dos anos anteriores:

- Rede Geral - 16,7 km/h;
- Rede das Zonas Altas - 13,8 km/h.

O quadro seguinte resume, comparativamente, os principais indicadores da oferta, no serviço regular das carreiras, nos últimos três anos:

QUADRO DA OFERTA					
Indicadores	2015	2016	Variação	2017	Variação
Km Úteis	5 328 702	5 313 931	-0,30%	5 275 212	-0,70%
Km em Vazio	393 053	395 058	0,50%	400 721	1,40%
Total/Km	5 721 755	5 708 988	-0,22%	5 675 934	-0,58%
% Km Vazios	6,8	6,92	1,80%	7	1,20%
L.M.	77	77	0,00%	77	0,00%
L.K.O.	410 764 601	407 874 807	-0,70%	404 028 357	-0,90%
Viagens Realizadas	769 570	770 603	0,10%	767 784	-0,40%
Velocidade Média	17,1	16,9	-1,20%	16,7	-1,20%

Abreviaturas: L.M. Lotação media; L.K.O Lugares/Quilómetro Oferecidos.

Em termos gerais, verifica-se uma tendência de descida em quase todos os indicadores, nos últimos anos, principalmente devido aos ajustamentos na oferta, para melhorar a eficiência, como acima já referido e em linha de conta com a curva de evolução da procura.

Na procura da melhoria da oferta aos nossos clientes, tivemos que, em consequência das obras de consolidação das margens da ribeira de Santa Luzia, proceder ao reposicionamento das paragens na Rua 31 de Janeiro junto ao Centro comercial do Bom Jesus. Tal alteração que culminou com o posicionamento dessas paragens na mesma via, mas junto à Rua do Bom Jesus, teve um efeito positivo, pois o seu funcionamento foi bem-sucedido, gozando duma permanência de 12 meses.

Parece claro que ali poderiam ter permanecido, como ponto de paragem permanente, favorecendo a atratividade e a acessibilidade ao transporte público e, sem interferir com os restantes modos de transporte que, afinal, funcionaram em perfeita harmonia na vida da cidade, enquanto decorreram as referidas obras.

A desativação daquelas duas paragens veio favorecer o automóvel ligeiro, em desfavor do transporte coletivo, contrariando a tendência atual, nas grandes cidades europeias, da introdução de medidas de limitação ao automóvel por ser mais poluente, em benefício da utilização do transporte coletivo, reconhecidas que são as vantagens que este apresenta para o ambiente e qualidade de vida no meio urbano.

A empresa tem ainda um outro segmento de oferta, destinado a pessoas com mobilidade reduzida, que decorre fora do serviço regular das carreiras e que mais à frente nos referimos com mais detalhe.

EVOLUÇÃO DA PROCURA

CARREIRAS REGULARES

A procura registou uma ligeira descida, no entanto, inferior à verificada nos períodos homólogos anteriores. A quebra menos acentuada pode indiciar a estabilidade e a tender para a esperada recuperação, em linha de conta com a anunciada *retoma económica*.

Foram transportados 16 891 500 passageiros, no serviço regular das carreiras o que representa menos 0,51%, relativamente ao ano anterior. Em 2016 tinha-se registado uma descida de 1,39%.

A análise comparativa sobre o número de passageiros é feita a partir do volume das *validações* efetuadas, pelos passageiros, à entrada no autocarro e registadas, eletronicamente, pelo Sistema de Bilhética.

A evolução negativa da *população residente no concelho* tem impacto no potencial da procura, influenciado a descida do número de passageiros transportados.

De acordo com os dados da Direção Regional de Estatística (DRE), a evolução da população no concelho do Funchal, no que respeita a *estimativas da população residente* a 31 de dezembro foi, nos últimos anos a seguinte:

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DO FUNCHAL		
Ano	Residentes	Var.
2011	109 990	
2012	109 149	-0,76%
2013	108 053	-1,00%
2014	106 721	-1,23%
2015	105 562	-1,09%
2016	104 813	-0,71%

A verificada descida do número de residentes no concelho do Funchal nos últimos anos, contraiu o potencial da procura influenciando a quebra verificada no movimento de passageiros transportados.

Por outro lado, como refere a DRE “... o índice de envelhecimento continuou a aumentar, fixando-se em 111,5 pessoas idosas por cada 100 jovens (105,3 em 2015).” Esta situação tem reflexo sobre a evolução da nossa procura, confirmando a descida do número de jovens, com implicações diretas nas vendas nos *passes criança e estudante*, no sentido descendente e, por outro lado, no aumento do número de idosos com reflexos na subida do número de vendas no *Passe Sénior*.

O envelhecimento da população, e tal como anteriormente já referenciado, destaca a importância de serem criadas condições que favoreçam a acessibilidade ao serviço de transportes coletivos, com maior incidência nas pessoas com mais idade. Neste particular e, como exemplo, a circunstância de se verificar na rua 31 de Janeiro uma distância entre paragens de 500 metros, parece-nos excessiva e em desfavor da acessibilidade ao transporte público coletivo.

A distância média entre paragens na rede do serviço urbano é de 270 metros, valor que sobe para os 370 nos percursos de maior proximidade ao centro da cidade onde, em certos casos, pode variar entre 500 e 600 metros.

Seria, pois, benéfico se os passageiros pudessem dispor de mais paragens, como seria o caso aludido na rua 31 de Janeiro, para encurtar as distâncias a percorrer a pé e melhorar a atratividade e proximidade do nosso serviço.

O quadro seguinte mostra a variação do número total de *passageiros transportados*, nos últimos três anos:

EVOLUÇÃO DOS PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SERVIÇO REGULAR DE CARREIRAS					
Designação	2015	2016	Variação	2017	Variação
Núm. Passageiros	17 217 422	16 978 545	-1,39%	16 891 500	-0,51%

A caracterização da procura por tipologia de título utilizado, foi a seguinte em 2017:

- Passageiros utilizando *Bilhete a Bordo*6,5 %;
- Passageiros utilizando *Bilhetes do tipo pré-comprado*23,1%;
- Passageiros utilizando *Passe*70,4 %.

O quadro seguinte, resume os principais indicadores da procura, no serviço regular das carreiras, nos últimos três anos:

EVOLUÇÃO DA PROCURA					
Indicadores	2015	2016	Variação	2017	Variação
P.T.	17 217 422	16 978 545	-1,39%	16 891 500	-0,50%
P.M.	3,56	3,56	0,00%	3,56	0,00%
P.K.T.	61 294 022	60 443 620	-1,40%	60 133 740	-0,50%
T.O. (%)	14,92	14,82	-0,67%	14,88	0,40%

Abrev: P.T. Passageiros transportados; P.M. Percurso médio (km);

P.K.T. Passageiro/quilómetro/transportado; T.O. Taxa de ocupação.

A taxa de ocupação, regista uma ligeira subida, em resultado da descida no indicador de Lugares por quilómetro oferecido - L.K.O, refletindo, desta forma, melhorias nos resultados operacionais, pela descida na produção de km, e pelo aumento da qualidade da oferta.

SERVIÇO PARA PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA (PMR)

A HF disponibiliza um serviço, no Concelho do Funchal, adaptado a pessoas com graves limitações - *clínicamente confirmadas* - no acesso ao serviço regular das carreiras do serviço urbano, motivadas por dificuldades de mobilidade física e utilizando Cadeira de Rodas.

Este serviço social, é assegurado por autocarros de pequeno porte e adaptados com elevador para Cadeiras de Rodas. Os motoristas têm formação especificamente adaptada às particularidades do serviço.

O total de km/ano realizados, em 2017, foi de 75 299 e os passageiros transportados foram 13 625 passageiros.

Os principais movimentos *origem/destino* dos utilizadores foram: Hospital, Centros de Saúde e Lares.

Será de realçar que a empresa dispõe ainda de dispositivos de acesso para cadeira de rodas em grande parte dos autocarros afetos ao serviço das carreiras regulares e cuja utilização tem sido elevada por utentes com dificuldades de mobilidade, mas que desejam utilizar, sem restrição, o serviço regular de transporte de passageiros.

REDE DE PARAGENS

A rede do serviço urbano incorpora um total de 1 651 paragens, o que implica um serviço permanente de trabalhos de manutenção, importantes na preservação da boa imagem e da correta perceção e identificação dos pontos de acesso ao serviço das carreiras e dos autocarros.

Tem sido feito um esforço ao longo dos anos para aumentar o número de paragens com abrigo, por forma a melhorar as condições de conforto para os passageiros, bem como a instalação de dispositivos de informação sobre o horário das carreiras, entre outros.

Evolução do número de paragens, nos últimos três anos, foi a seguinte:

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PARAGENS					
Designação	2015	2016	Variação	2017	Variação
Paragens	1648	1649	0,06%	1651	0,12%

SERVIÇO DE VENDAS E ATENDIMENTO A CLIENTES

A HF disponibilizou aos seus clientes, um serviço de atendimento personalizado aos seus Balcões e durante todos os dias da semana o qual, decorreu com normalidade, o que se destaca dado o volume de pessoas que, diariamente, nos procuram.

Para maior acessibilidade aos nossos clientes, a nossa *força de vendas* inclui ainda *máquinas de venda automática* instaladas em diferentes pontos da cidade, terminais da rede payshop e balcões dos CTT.

São diversos os locais onde a população pode aceder à informação, quer geral quer particular e adquirir os *títulos de transporte* que a empresa disponibiliza em diferentes tipologias, para a adultos e crianças.

FISCALIZAÇÃO DA COBRANÇA

O *serviço de fiscalização e controlo da cobrança* é efetuado por *fiscais* que fazem parte do quadro de pessoal da HF, legalmente ajuramentados, que percorrem, em diferentes turnos, toda a rede de carreiras e durante todos os dias do ano.

O número total de *viagens fiscalizadas* registou, em 2017, um aumento de 1,03%, situando-se neste ano em 246 447 passageiros fiscalizados.

As fraudes detetadas deram lugar aos correspondentes *Autos de Notícia* por *Contraordenação*, lavrados pelo Fiscal nos termos da Lei nº 28/2006 de 4 de julho e enviados á autoridade competente.

ATIVIDADE OFICIAL

Evolução da Frota

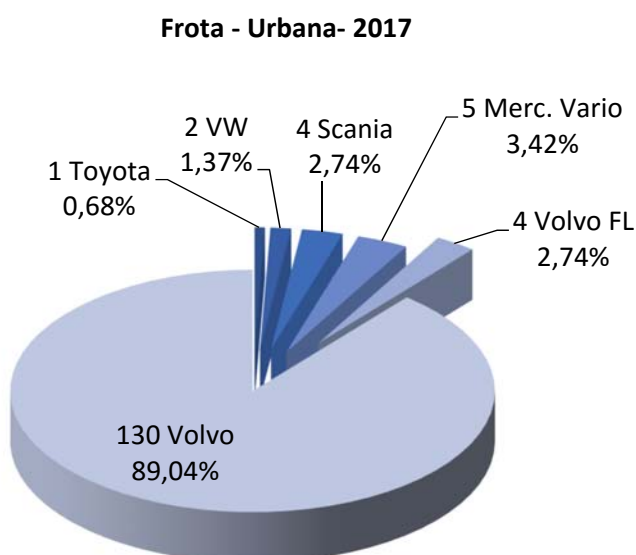
A frota da HF, a 31 de dezembro de 2017, é constituída por 149 autocarros, dos quais 138 afetos ao serviço urbano regular, 8 nas Zonas Altas e 3 PMR.

A idade média dos autocarros do serviço urbano situou-se nos 20,42 anos.

No que se refere aos quilómetros percorridos (Úteis, Vazio, Manutenção e Testes) no serviço urbano, houve uma redução de 2,3% se não considerarmos as zonas altas. Se considerar as Zonas Altas e PMR houve um aumento de, aproximadamente, 1%.

É de salientar que, em 2017, foi o primeiro ano de atividade dos 4 Volvos FL 4x4, a operar nas Zonas Altas em substituição da antiga frota de Mercedes 1117A, tendo como resultado imediato maior disponibilidade de autocarros para esta zona da cidade.

A composição da frota, em termos de marcas, é representada pelo seguinte gráfico:



Imobilização da Frota

A taxa de imobilização foi de 17,40%, o que significa 26 autocarros imobilizados ao fim do dia. O qual, relativamente ao ano anterior, apresenta um aumento de 4,65 %.

MÉDIA DE IMOBILIZAÇÃO VIATURAS URBANAS						
ANO	REP + INS		REV + LUB		TOTAL ANO	
	VIATURAS	TAXA%	VIATURAS	TAXA%	VIATURAS	TAXA%
2015	23,52	15,03	3,68	2,35	27,21	17,38
2016	21,67	13,89	4,27	2,74	25,94	16,62
2017	21,95	14,64	4,14	2,76	26,08	17,40
2017/2016		5,40%		0,82%		4,65%

Nota: REP+INS – Reparação + Inspeção; REV+LUB – Revisão +Lubrificação

No que se refere à taxa de imobilização, nas viaturas PMR (Pessoas com Mobilidade Reduzida), foi de 25,30%, em 2017, ou seja, sofreu um agravamento de 12,55%, em relação ao ano anterior, revelando a influência direta do envelhecimento da frota.

MÉDIA DE IMOBILIZAÇÃO VIATURAS PMR						
ANO	REP + INS		REV + LUB		TOTAL ANO	
	VIATURAS	TAXA%	VIATURAS	TAXA%	VIATURAS	TAXA%
2015	0,36	11,88	0,10	3,45	0,46	15,33
2016	0,53	17,57	0,15	4,91	0,67	22,48
2017	0,73	24,23	0,03	1,07	0,76	25,30
2017/2016		37,90%		-78,19%		12,55%

Nota: REP+INS – Reparação + Inspeção; REV+LUB – Revisão +Lubrificação

A gestão das necessidades de peças, da responsabilidade do Departamento de Aproveitamento, e a gestão diária de disponibilidade de frota, têm funcionado em plena harmonia, por forma a minimizar as faltas de autocarros para o serviço de Exploração.

Por outro lado, existiram algumas roturas pontuais de stock de peças de consumo normal, devidas a fatores externos como, por exemplo, a troca de referências e equivalências mal feitas por parte de alguns fornecedores, a falta de órgãos de reserva, tais como motores, caixas de velocidades e diferenciais, o atraso na entrega das peças por falta de transporte, por outro lado, a falta de mão de obra devido a faltas e ausências dos trabalhadores por motivos de doação de sangue, comissão trabalhadores, sindicato, doença, contribuíram significativamente para estes resultados.

Manutenção Preventiva

O plano de manutenção preventiva da frota HF, foi cumprido no que se refere, às mudanças de óleo, com cerca de 525 revisões, resultando apenas num diferencial quando comparado com o ano anterior em -0,2%.

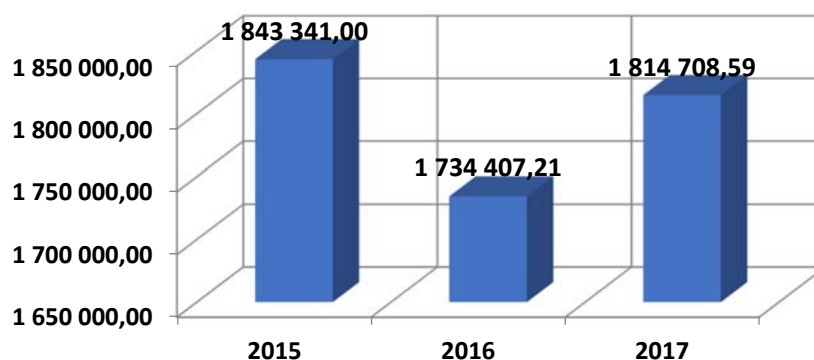
Custos de Manutenção

O euro (€)/km Manutenção (Mão de obra, Materiais e Trabalhos ao Exterior), no que respeita à frota urbana, continua nos 0,32 euros, devido à idade média elevada dos autocarros. Apesar do objetivo contínuo de baixar estes custos, principalmente no euro (€)/km de material, o custo atual ronda ainda os 0,19 euros.

VARIAÇÃO DOS CUSTOS DE MANUTENÇÃO - HORÁRIOS DO FUNCHAL - URBANA

Ano	Kms Perc.	Material	€/Km/Mat.	Mão Obra	€/ Km/M.O.	Trab. Ext.	€/Km/T.Ext.	Manut.	€/Km/Manut.	Manut.
2015	5 637 403	1 104 176,34	0,20	690 017,75	0,12	49 146,91	0,009	1 843 341,00	0,33	
2016	5 591 847	1 046 146,09	0,19	655 932,37	0,12	32 328,75	0,006	1 734 407,21	0,31	-5,91%
2017	5 662 608	1 102 158,86	0,19	667 113,76	0,12	45 435,97	0,008	1 814 708,59	0,32	4,63%

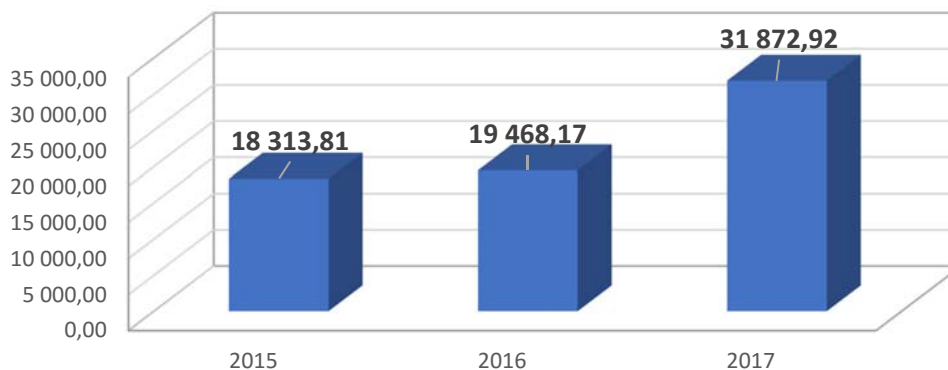
Custos de Manutenção - Viaturas Urbanas



Na frota PMR, a reparação de 2 motores influenciou o resultado de 2017, conforme se pode verificar no quadro abaixo.

PMR										
Ano	Kms Perc.	Material	€ Km/Mat.	Mão Obra	€ Km/M.O.	Trab. Ext.	€ Km/T.Ext.	Manut.	€ Km/Manut.	Manut.
2015	91 023	8 012,72	0,09	10 109,13	0,11	191,96	0,00	18 313,81	0,20	
2016	79 450	7 945,72	0,10	11 049,60	0,14	472,85	0,01	19 468,17	0,25	6,30%
2017	69 890	15 678,31	0,22	14 933,05	0,21	1 261,56	0,02	31 872,92	0,46	63,72%

Custos de Manutenção - Viaturas PMR.



Na frota das Zonas Altas, verifica-se que no euro(€)/km Manutenção, há uma redução de 0,66 euros em 2016, para 0,55 euros, em 2017.

ZONAS ALTAS										
Ano	Kms Perc.	Material	€ Km/Mat.	Mão Obra	€ Km/M.O.	Trab. Ext.	€ Km/T.Ext.	Manut.	€ Km/Manut.	Manut.
2015	198 883	98 569,25	0,50	79 702,28	0,40	19 134,38	0,10	197 405,91	0,99	
2016	202 779	65 677,38	0,32	58 393,10	0,29	9 346,48	0,05	133 416,96	0,66	-32,41%
2017	209 514	48 895,35	0,23	63 617,19	0,30	3 398,10	0,02	115 910,64	0,55	-13,12%

Custos da Manutenção - Viaturas das Zonas Altas



Consumo de Combustível

A média de consumo de combustível, em 2017, foi de 62,12 L/100Km, menos 2,4% que no ano anterior, que se cifrou nos 63,67 L/100Km. A qual culminou, desta forma, com uma poupança nos consumos e, conseqüentemente, numa diminuição da nossa pegada carbónica.

Ano	SERVIÇO URBANO		SERVIÇO ZONAS ALTAS		SERVIÇO PMR	
	Kms Perc.	Cons. Gas. [L]	Kms Perc.	Cons. Gas. [L]	Kms Perc.	Cons. Gas. [L]
2015	5 637 403	3 598 607,81	198 883,00	144 976,79	91 023	14 928,88
2016	5 591 847	3 542 445,10	202 779,00	147 155,40	79 450	13 683,60
2017	5 662 608	3 511 446,30	209 514,00	136 283,50	69 890	11 706,80

Inspeções Periódicas

A frota de 149 autocarros, foi sujeita a 250 inspeções, demonstrando o cuidado e o empenho na segurança dos nossos autocarros, tendo um custo total de 11.292,40 euros.

Limpeza dos autocarros

Foram realizadas, em 2017, 33 680 operações de limpeza e lavagens, ou seja, em média cada autocarro foi limpo 226 vezes ao ano, demonstrando desta forma o cuidado e empenho na prestação de um serviço de qualidade aos nossos clientes.

Grandes Reparações

Além das reparações e substituições de peças e órgãos rápidos, foram ainda efetuadas nas nossas oficinas 3 reparações gerais e 3 reparações de soalho, em Volvo B9M e em Scania 4x4, de modo, a melhorar o estado dos autocarros e prepará-los para o peso

dos passageiros a transportar bem como reforçar a estrutura da carroçaria e, em consequência podermos aumentar o tempo das suas vidas úteis.

A oficina da HF transformou 16 autocarros de Turismo em autocarros para a Rede Interurbana, e que incidiu na alteração da posição dos bancos de passageiros, pintura, montagem de indicador de destino eletrónico e instalação de bilhética e SAE, estando 10 permanentemente ao serviço da carreira e os restantes 6 a operar ocasionalmente.

Por último, o trabalho oficial não se dedica apenas a prestar serviço à frota da HF e à Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., como referido anteriormente, mas, também, à frota da Carristur.

Abates da Frota Automóvel da HF

Procedeu-se ao abate físico de 1 viatura Mercedes 1117A do serviço para as Zonas Altas do concelho, que se incendiou em agosto de 2016.

Divisão de Engenharia e Planeamento

A Divisão de Engenharia e Planeamento – DEP, está integrada na atividade oficial da HF e, em termos funcionais, superintende a SCAL, Secção de Controlo, Abastecimento e Lavagem, secção responsável por todas as tarefas administrativas de apoio à Divisão de Produção.

São exemplos das aludidas tarefas da SCAL, a abertura e fecho de obras das manutenções curativas e preventivas das viaturas e de reparação de órgãos e componentes, a programação das manutenções preventivas de viaturas e extintores, a programação das inspeções periódicas obrigatórias e, ainda, a supervisão e coordenação das ações de limpeza de viaturas e edifícios.

São, também, atribuições do titular da DEP:

- Busca e estudo de soluções para novos autocarros;
- Elaboração de cadernos de encargos;
- Análise de propostas;
- Acompanhamento e fiscalização na construção de autocarros;
- Acompanhamento do comportamento dos autocarros;
- Elaboração de planos de renovação de frota;
- Avaliações de frota;
- Participação em projetos diversos;

- Elaboração de pareceres nas suas áreas de competência.

No presente momento estão adjudicados, para o serviço PMR, dois micro autocarros para o transporte de 4 cadeiras de rodas e em fase de análise de propostas para 1 autocarro, destinado ao transporte de 9 cadeiras de rodas.

Integrados no Programa Civitas Destinations, foram elaborados os procedimentos e respetivas instalações para os seguintes Sistemas:

- de Controlo de Pressão de Pneus, e;
- de Ajuda à Condução Segura e à Eficiência Energética.

APROVISIONAMENTOS

A HF no cumprimento do quadro legal, é uma Entidade Adjudicante ao abrigo do artigo 2º, n.º 2 CCP.

Em 2017, a HF aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico e demais legislações de adaptação do CCP à Região, nomeadamente o Decreto-Legislativo Regional n.º 34/2008 de 14 de agosto de 2008.

Para a contratação pública inserida no âmbito do regime especial dos transportes, com valores abaixo dos limiares comunitários, por aplicação da alínea c) do nº 1 do artigo 9.º, artigo 11.º e artigo 12.º, todos do CCP, e que, como tal não tem aplicação a parte II do referido Código, foi aplicado o Regulamento de Aquisições de Bens e de Serviços e de Realização de Empreitadas (RARE) da HF.

Gestão de Stock

A Gestão de Stocks, assume um papel fundamental na HF, sendo também uma das ferramentas importantes ao dispor da gestão para maximizar os seus resultados.

A Gestão de Stocks é, o conjunto de ações que visa manter o stock ao mais baixo nível em termos quantitativos e de custo, garantindo, simultaneamente, o fornecimento regular da empresa, tendo em vista a diminuição das imobilizações de autocarros e, conseqüentemente, garantir a qualidade e pontualidade na prestação de serviço de transporte de passageiros.

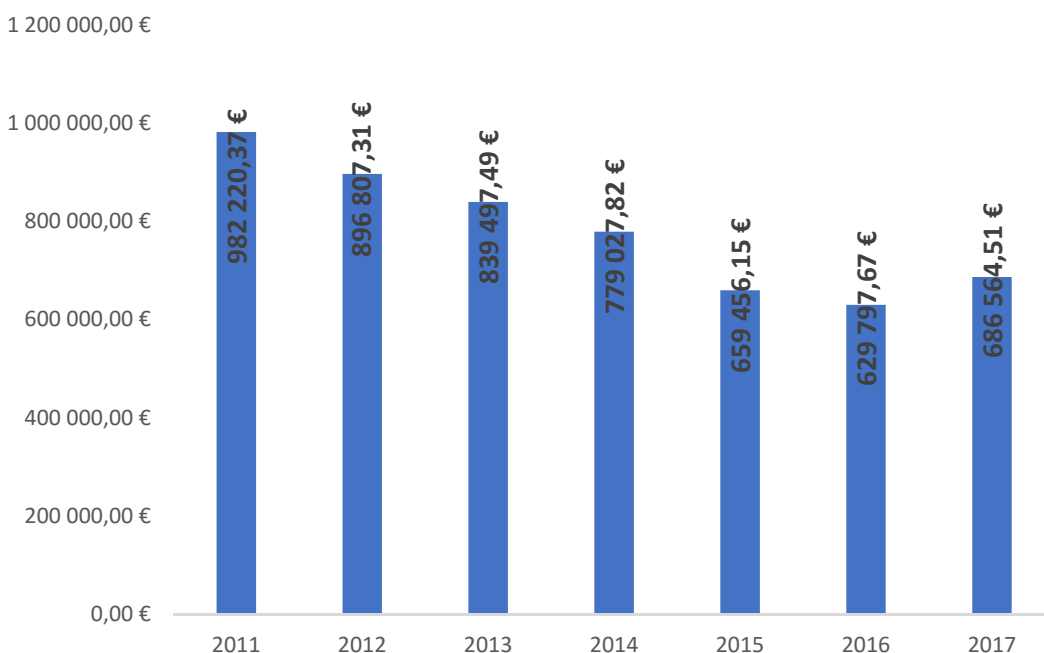
Stock Médio

O stock médio traduz o valor médio das existências num determinado período, a sua evolução traduz a estratégia da empresa, nomeadamente em termos de não

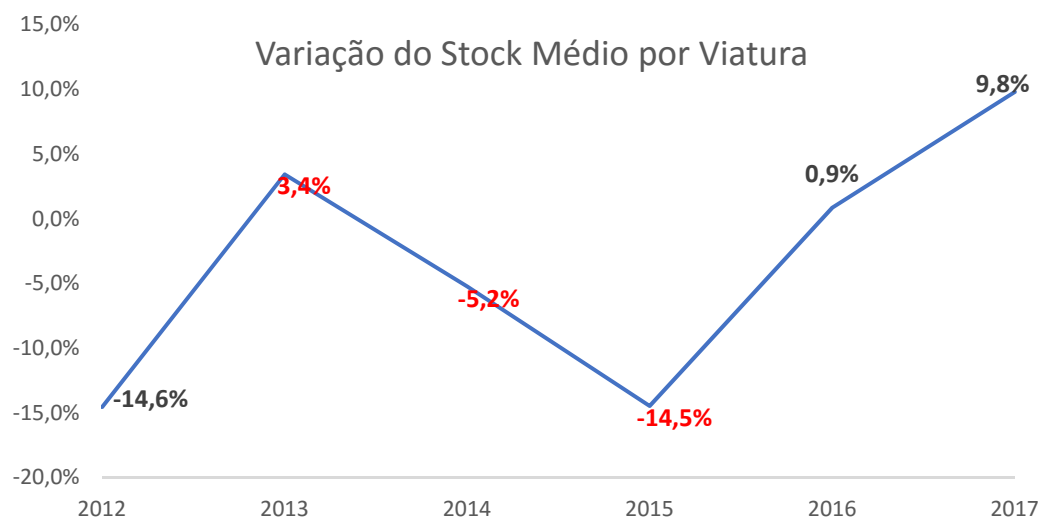
estabelecer stock de produtos que possam ser rapidamente fornecidos, passando essa responsabilidade para os fornecedores.

Complementarmente, procura-se soluções mais económicas e funcionais sem colocar em causa o fornecimento dos materiais. A evolução apresentada, e expectável, a partir de 2015 leva-nos a concluir que atingimos um ponto em que a redução é muito difícil, se mantivermos os atuais níveis de serviço e com a frota envelhecida.

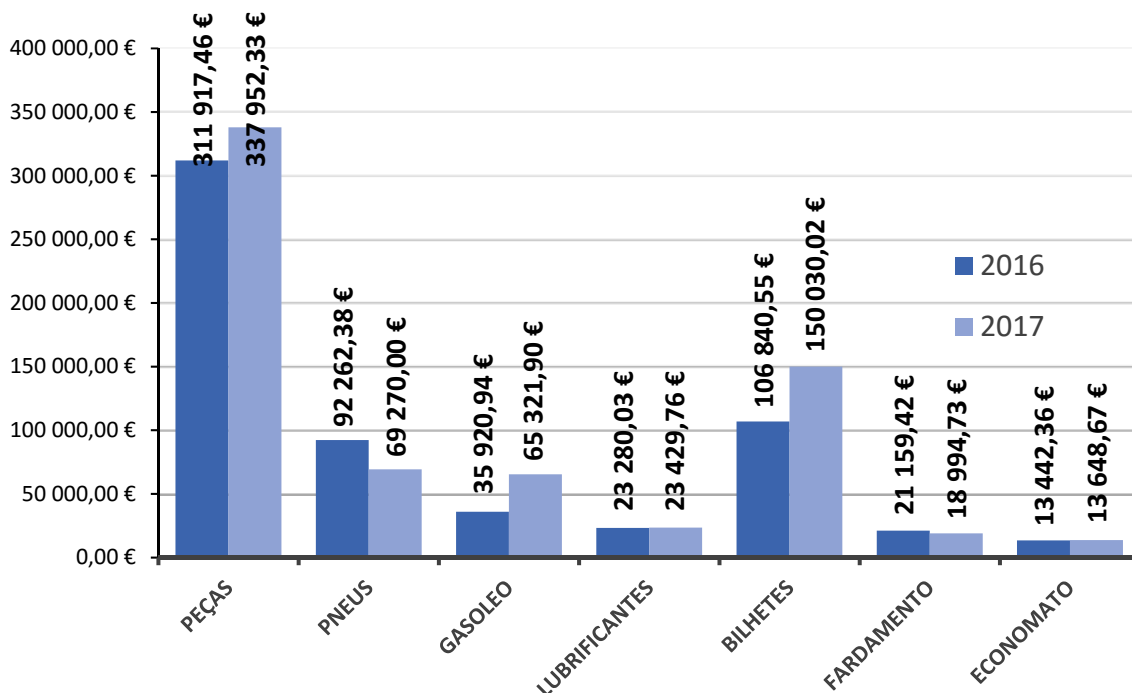
Desta forma é expectável que se venha a assistir, no futuro, a um ajustamento, para cima, no valor deste indicador.



Em termos de stock médio por viatura, obtivemos a evolução demonstrada no gráfico em baixo. Este rácio, varia não só pela evolução do stock médio como, também, pelo numero de viaturas disponíveis.



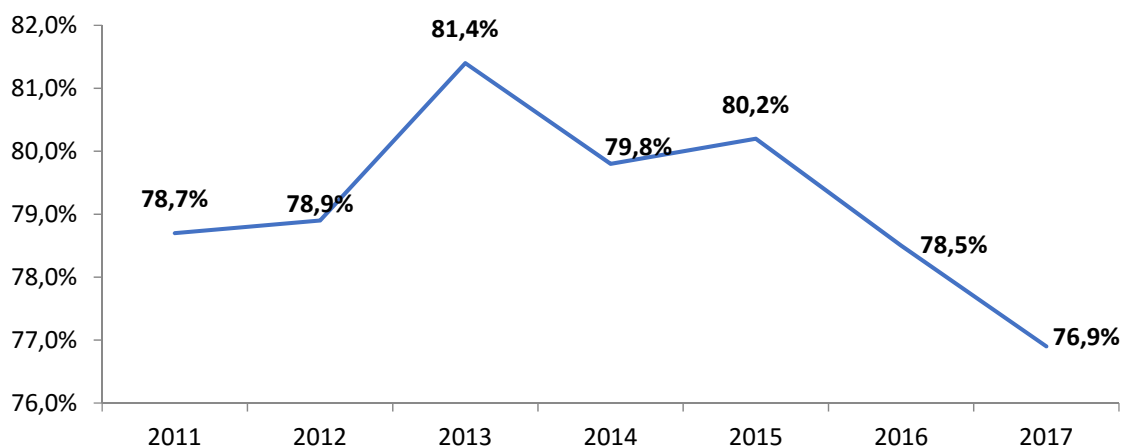
Atendendo a importância de alguns produtos no valor global do stock apresentado, foi elaborada uma análise mais detalhada e que se apresenta no gráfico que se segue.



Resultado desta análise podemos verificar que o decréscimo do valor do stock já não é possível, por termos atingido um valor que não é possível melhorar, atendendo à idade da frota atual da HF.

Nível de Serviço

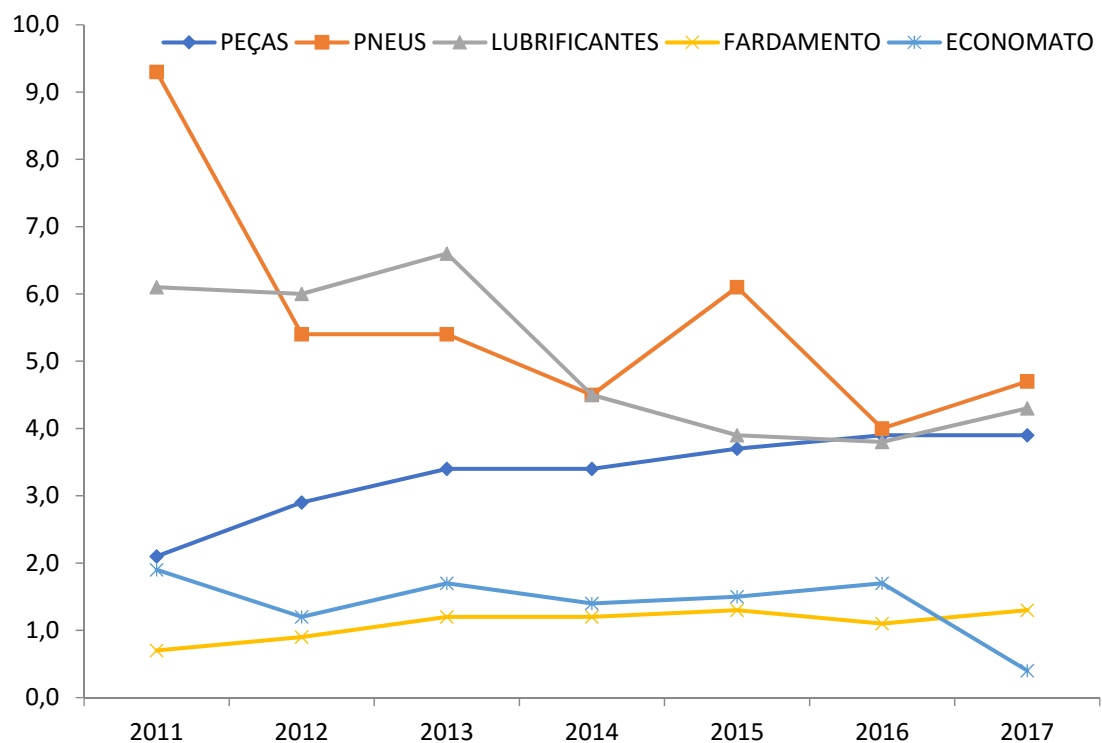
O número de artigos solicitados, e satisfeitos, ao balcão do armazém tem descido ao longo dos últimos anos, apresentando a seguinte evolução.



Esta informação traduz a estratégia de redução do stock médio da HF. No entanto verificamos que apesar do stock médio ter estabilizado nos últimos anos (com ligeiro ajustamento de subida) o nível de satisfação imediata (pelo nosso stock) tem regredido, o que reforça a nossa expectativa de crescimento do stock médio de forma a garantir os níveis de serviço desejáveis atendendo a idade média da frota atual da HF.

Rotação de Stock

No gráfico seguinte podemos verificar, em detalhe, a evolução da rotação do stock que acompanha, de alguma forma, a evolução do stock.



RECURSOS HUMANOS

O número de colaboradores, a 31 de dezembro de 2017, no ativo da Horários do Funchal, era de 427 efetivos, registando uma diminuição de 1,60%, quando comparado com igual período homólogo.

TRABALHADORES HF							
DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2016	Var.	31/12/2017	Var.	Variação % 2015/2017	
Administração + Quadros + Chefias	15	14	-7,14%	14	0,00%	-7,14%	
Administrativos + Armazém	35	35	0,00%	37	5,41%	5,41%	
Administrativo cedido à Carristur	1	1	0,00%	1	0,00%	0,00%	
Oficinas + Motoristas Apoio	93	91	-2,20%	86	-5,81%	-8,14%	
Exploração	Motoristas Operacionais	259	259	0,00%	259	0,00%	0,00%
	Outros	31	30	-3,33%	30	0,00%	-3,33%
	Mot. cedidos à Carristur	10	10	0,00%	10	0,00%	0,00%
Total	444	440	-0,91%	437	-0,69%	-1,60%	

No que toca ao peso na estrutura da HF, são os Motoristas Operacionais que detém a maior representatividade, com 61% do efetivo.

Na HF não existe qualquer situação de precaridade laboral, pois todos os trabalhadores têm contrato efetivo de trabalho.

De entre os 437 colaboradores, encontram-se em situação de impedimento por situação de baixa prolongada e por cedência:

- Motoristas - 18;
- Outros – 6;
- Pessoal cedido a Carristur - 11.

Admissões e Saídas

Durante o ano de 2017, verificou-se um saldo negativo, já que só ocorreram duas admissões para o Gabinete de Organização Informática, devidamente autorizadas pela Tutela e registaram-se 6 saídas, por reforma de invalidez/velhice e por mutuo acordo.

Caraterização dos Colaboradores

O nível de antiguidade é elevado, cerca de 67% dos colaboradores têm mais de 15 anos, o que se reflete no nível etário médio dos colaboradores da empresa que, em 2017, se situou nos 46,06 anos.

Em 2017, 5% da população trabalhadora está compreendida entre os 60 e 65 anos. O que corresponde, aproximadamente, a 24 colaboradores. Pela primeira vez, na atividade da empresa, existem colaboradores com mais de 65 anos a trabalhar, devido ao aumento da idade da reforma, sem penalizações, que passou para os 66 anos e 4 meses.

No que toca ao nível de habilitações literárias, a percentagem de colaboradores com o ensino básico diminuiu, sendo de 17% em 2017, em resultado das saídas de colaboradores com maior antiguidade e menos qualificados, ou seja, a maioria dos colaboradores que saíram tinham unicamente como habilitações literárias o 1º ciclo do ensino básico.

Absentismo

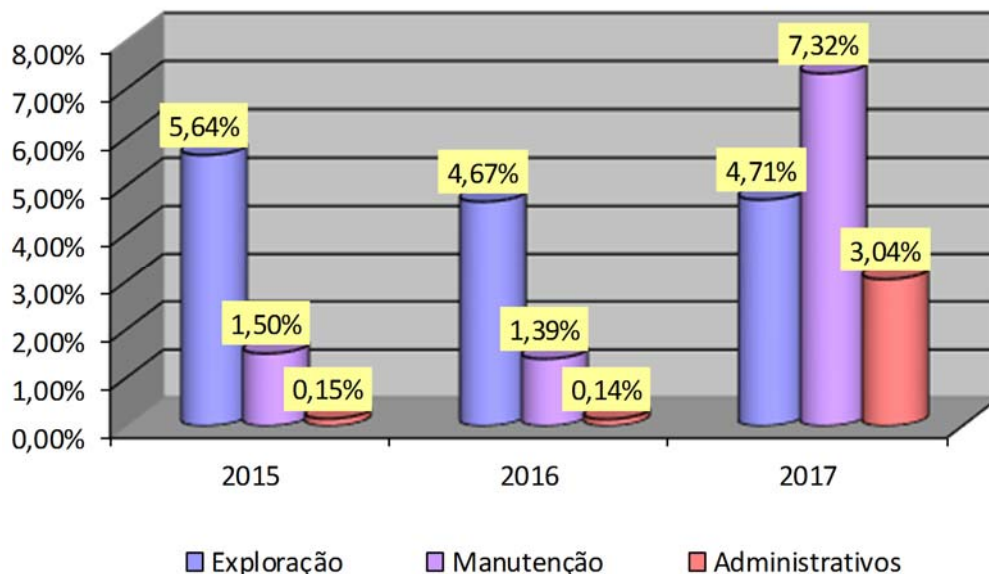
A taxa de absentismo na HF, registada em 2017 foi de 4,30%, e em 2016 registou uma taxa de 2,94%.

Embora este indicador tenha sido controlado durante o ano de 2017, solicitando a verificação de incapacidade à Segurança Social em muitas das baixas apresentadas, verificamos um aumento significativo do número de ocorrências e da sua duração.

As faltas justificadas com remuneração tiveram um decréscimo significativo, pois em 2016 era responsável por 44% das faltas registadas e em 2017 foi de 29% (faltas para doação de sangue; comissão de trabalhadores, dirigentes sindicais e outras obrigações legais).

Por áreas, verificamos um aumento significativo na Manutenção, registando uma taxa de 7,32%, em relação a 2016, que foi de 1,39%.

TAXA DE ABSENTISMO POR ÁREAS FUNCIONAIS 2015 / 2017



Trabalho Suplementar

O ano de 2017, apresentou uma taxa de trabalho extraordinário de 3,50%, que quando comparada com o ano de 2016, que registou uma diminuição de 0,01% podemos concluir que, se manteve estável.

Custos com pessoal

No que se refere, às remunerações processadas, em 2017, manteve-se a aplicação das medidas de Política Salarial, a que a empresa se encontra sujeita, decorrentes do estabelecido nas Leis do Orçamento Estado e Orçamento Regional. Relativamente ao acréscimo verificado nas Horas Extraordinárias entre o ano de 2016 e 2017, tal deveu-se à reposição dos direitos dos trabalhadores nesta matéria.

CUSTOS COM PESSOAL						
	2015	2016	Var.	2017	Var.	Variação % 2016/2017
Vencimento Base	4 600 235,14 €	4 497 503,97 €	-2,28%	4 456 164,41 €	-0,93%	-3,23%
Horas Extras	261 972,00 €	242 765,68 €	-7,91%	303 831,00 €	20,10%	13,78%
Total Abonos	9 206 820,15 €	8 909 911,91 €	-3,33%	8 783 914,34 €	-1,43%	-4,81%

Sector de Formação

Foram desenvolvidas ações de formação profissional, em linha do cumprimento dos objetivos necessários às diferentes áreas da HF e conforme o levantamento de necessidades de formação.

Estas ações visaram a otimização dos recursos humanos e a melhoria das suas competências profissionais, contribuindo para uma maior qualidade do serviço prestado. Neste ano, 60% dos colaboradores frequentaram, pelo menos, uma ação de formação profissional.

Formação em números

FORMAÇÃO PROFISSIONAL					
	2015	2016	Var.	2017	Var.
Número de Cursos	19	27	42,11%	38	40,74%
Número de Formandos	102	325	218,63%	256	-21,23%
Número de Horas de Formação	1 383	2 218	60,38%	5 262	137,24%

DISTRIBUIÇÃO DAS HORAS DE FORMAÇÃO POR TIPO DE FORMAÇÃO					
(Unid.: Horas)					
	2015	2016	Var.	2017	Var.
Formação CAM Contínuo	665	840	26,32%	4060	383,33%
Novas Tecnologias Informação	146	133	-8,90%	440	230,83%
Higiene Segurança Trabalho	3	401	13266,67%	70	-82,54%
Prática / Adaptação Viaturas	311	56	-81,99%	80	42,86%
Formação Técnica	258	788	205,43%	612	-22,34%

Entre os projetos desenvolvidos, efetuamos o CAM (Certificação Aptidão de Motorista), a um grupo de motoristas que precisavam de recertificação para validação da sua aptidão profissional, num total de 116 formandos internos e 6 externos.

Dentro deste projeto, iniciamos também a formação em Inglês, com a participação e colaboração da Academia de Línguas da Madeira, programa que visa otimizar a relação com o cliente/estrangeiro.

Na Formação Comportamental, no âmbito do desenvolvimento de relações assertivas, frequentaram 12 colaboradores, onde se incluiu as Ações de Gestão de Conflitos/Liderar e Motivar Equipas e a Qualidade do Serviço, num total de 102 horas. Na Área de Exploração, com a implementação do GIST 3, procedeu-se a 230 horas de formação, a 5 colaboradores.

Ainda, durante o ano de 2017, foi efetuada formação a 38 colaboradores no sistema de bilhética/vendas a bordo e formação técnica a pintores (reciclagem), num total de 6 colaboradores.

Bem-estar dos trabalhadores

No ano de 2017, realizaram-se 431 exames médicos, dos quais 2 de admissão, 254 periódicos, cumprindo-se com a Legislação Laboral sobre este procedimento, 175 exames médicos ocasionais, em situações de regresso de baixas/acidentes de trabalho com mais de 30 dias de ausência e por solicitação de acompanhamento por parte do Departamento de Recursos Humanos.

Acidentes de Trabalho

Em 2017, registaram-se 11 ocorrências, das quais 7 tiveram como consequência a situação de baixa, as quais ascenderam a 349 dias de ausência (2 situações de incapacidade que transitaram para 2018). Contudo e comparando com o ano anterior, verificamos uma redução no número de ocorrências e de situações de baixa, mas um aumento do número de dias não trabalhados em 10,79%.

ACIDENTES DE TRABALHO					
INDICADORES	2015	2016	Var.	2017	Var.
Nº de acidentes	18	13	-27,78%	11	-15,38%
Dias perdidos	1224	315	-74,26%	349	10,79%

AMBIENTE

Consumos de recursos, energia elétrica e água

Ao longo do ano de 2017, procedeu-se a 2 ações de grande importância nesta matéria, sendo, a primeira, a auditoria de consumos de eletricidade e, a segunda, a implementação de um sistema de tratamento de água por osmose inversa, que permitiu o aproveitamento de água não potável para utilização geral, exceto no consumo humano, ou seja, a sua utilização é direcionada, principalmente, para lavagem de viaturas e nos sanitários.

Auditoria de consumo de energia elétrica

Foi realizado um Relatório de Diagnóstico Energético às instalações da Horários do Funchal, Transportes Públicos, S.A., enquadrada na Medida AREAM_IO1-ECEE-RAM “Eficiência no Consumo de Energia Elétrica na Administração Pública da Região Autónoma da Madeira”, promovida pela Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira (AREAM), juntamente com a parceria da Agência para a Energia (Adene) e da FactorEnergia.

Esta ação, é financiada pelo programa PPEC 2017-2018 – Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica, aprovado pela Entidade Reguladora dos Sistemas Energéticos (ERSE).

Introdução de um sistema de tratamento de águas por osmose inversa

Devido à existência de uma grande quantidade de água, proveniente da drenagem de águas existentes no subsolo, que foi canalizada a quando da construção dos parques de estacionamento e que não estava a ser utilizada, devido a possuir grande concentração de minerais, devido ao fato que a sua utilização direta, nas lavagens de

viaturas levar à criação de depósito dos referidos minerais que posteriormente originam degradação, não só da pintura como dos vidros das viaturas, dando-lhe um mau aspeto e acelerando o processo de degradação dos materiais por reações de oxidação nos ferrosos e de perda de transparência nos vidros, foi então estudada uma solução para proceder ao seu aproveitamento. Tendo-se optado pelo sistema de tratamento por Osmose.

O sistema de tratamento por osmose, que iniciou o seu funcionamento no final do ano de 2017, elimina quase por completo estes minerais e outros contaminantes que a água possa conter, inclusive contaminantes biológicos, tornando-a ideal para lavagem de viaturas e descargas de sanitários e ou até para utilização humana em banhos, contudo presentemente esta última opção não foi instalada.

DEPARTAMENTO TECNOLÓGICO

Para além dos novos projetos, salientam-se as atividades de carácter permanente, cruciais para a atividade da empresa como, por exemplo, o Desenvolvimento e Manutenção de Aplicações, o Alojamento e Administração de Sistemas, o Helpdesk e suporte técnico, a Segurança Informática e as Telecomunicações.

Durante 2017 ocorreu um importante Projeto de Renovação de Infraestrutura Tecnológica da HF, que envolveu:

- Plataforma de Virtualização de Servidores;
- Plataforma de Gestão de Backups e Recovery;
- Sistema de Armazenamento (SAN);
- Migração de servidores físicos para virtuais.

Relativamente aos sistemas críticos, em 2017, foram registadas:

- Projeto de Migração do Cluster do Sistema de Bilhética;
- Projeto de Migração do GIST – Escalamento 3;

Suporte Técnico

Em 2017, prosseguiu a gestão do parque informático, a manutenção de equipamentos e apoio aos utilizadores.

O parque informático da empresa estava extremamente envelhecido, e a obsolescência tecnológica tinha condicionado as operações de diversas áreas. Durante o ano 2017 procedeu-se à aquisição e renovação de diversos equipamentos, de forma a possibilitar a política de renovação sustentável do parque informático.

Telecomunicações

As telecomunicações da empresa tinham crescido conforme as necessidades do dia-a-dia, sendo, no entanto, deficitário o seu controlo. Em 2017, todas as comunicações foram reformuladas reduzindo os custos anuais em 50%.

Gist3

O programa GIST 2 utilizado pela exploração para o escalamento das viaturas e do pessoal tripulante, carecia de atualizações profundas. Por tal motivo procedeu-se para a aquisição duma versão mais recente o GIST 3, por ser muito mais evoluído e corresponder às nossas expectativas e por estar em utilização nas principais empresas de transporte público do país.

Com a migração para o GIST3 acrescentamos as seguintes atividades:

- Escalamento das viaturas em conjunto com os motoristas;
- Gestão de viaturas e disponibilização, permitindo ao escalador criar as chapas tendo em conta os modelos de viaturas existentes;
- A comunicação entre a exploração e a manutenção é automática;
- Consolidou-se vários módulos em uma única peça de software;
- Introduzimos o conceito de InfoPub que nos permitirá criar a informação ao público partindo desde o planeamento.

COMUNICAÇÃO E MARKETING

No âmbito das suas responsabilidades, a HF teve como principal objetivo realçar e demonstrar a todos os públicos externos da empresa, a qualidade e as vantagens dos serviços prestados.

A comunicação refletiu o padrão de qualidade dos serviços prestados que é consequente da dedicação e do desempenho de todos os colaboradores da Horários do Funchal.

A criação e a implementação de ações de comunicação credíveis, estruturadas e sustentáveis, ao nível interno e externo, tiveram a intenção de criar uma visibilidade pública positiva, destacar um serviço público económico, eficaz e crítico para o desenvolvimento social e económico da população e para o desenvolvimento do turismo na Região.

Na divulgação dos serviços para os diferentes públicos externos foram tidas em conta as diferentes características da informação, nomeadamente no que se refere ao ciclo de vida dos serviços/produtos, natureza, disponibilidade, grau de integração e tipologia de interação.

No campo de ação das relações públicas, foram tomadas iniciativas relacionadas com a responsabilidade social da empresa. Ainda neste campo também foram, entre outros, desenvolvidas ações e tidos procedimentos para o desenvolvimento de relações de maior confiança e proximidade com os utilizadores do serviço de transporte público e demais públicos.

Por último, foram comercializados os espaços no exterior dos autocarros, para efeitos de campanhas publicitárias e foram concretizadas ações diversas no sentido da sua promoção.

ESTUDOS E PROJETOS COMUNITÁRIOS

Desde 2006, a HF tem vindo a envidar uma dupla responsabilidade na promoção de projetos europeus no domínio dos transportes públicos e mobilidade sustentável. No âmbito desta dupla valência a HF tem:

- Desenvolvido e implementado medidas e projetos internos que beneficiem e promovam o transporte público;
- Elaborado estratégias eficazes para melhorar a atual exploração do serviço na rede;
- Demonstrado e implementados projetos europeus específicos na área da mobilidade sustentável, colaborando em todos os projetos, como é caso do CIVITAS DESTINATIONS.

Relativamente a este último item, o projeto CIVITAS DESTINATIONS, está enquadrado no âmbito do programa Horizonte 2020 da União Europeia, e pretende implementar um pacote de medidas de mobilidade sustentável em seis ilhas Europeias: Madeira (Portugal); Las Palmas de Gran Canaria (Espanha); Portoferraio e Rio Marina (Isola d'Elba-Itália); La Valetta (Malta); Rethymno (Creta-Grécia); e Limassol (Chipre). O projeto teve início a 01 de setembro de 2016 e tem uma duração de 4 anos.

O intuito deste projeto passa por promover a mobilidade sustentável no segmento turístico para o alcance dos seguintes macro objetivos:

- i)* Melhoria das acessibilidades;
- ii)* Redução das emissões poluentes e a melhoria da qualidade do ar;
- iii)* Redução do consumo de energia;
- iv)* Aumento da equidade social;
- v)* Melhoria da eficácia e da integração entre serviços de transporte.

De particular relevo reveste-se a coordenação do projeto, que é corporizada pela HF, que assume igualmente os papéis de líder do consórcio regional e líder da avaliação local.

Salienta-se a importância deste projeto para a HF, uma vez que as atividades desenvolvidas no âmbito do CIVITAS DESTINATIONS, têm como principal objetivo aumentar a eficiência do serviço, seja ao nível de sistemas de gestão e monitorização, seja ao nível da interação com o cliente (novos sistemas de informação, formação).

O projeto CIVITAS DESTINATIONS, conseguiu desta forma garantir o suporte necessário à política de investimentos da Empresa, funcionando como âncora da política de sustentabilidade empresarial da empresa. Os projetos pilotos contidos neste projeto de investigação e inovação, permitirão examinar cuidadosamente a viabilidade da introdução de novas soluções tecnológicas e habilitar a sua implementação em larga escala nas áreas produtivas do operador de transporte (através do cofinanciamento de medidas de extensão enquadradas no programa FEDER/MADEIRA 14-20).

Preparação de novas candidaturas

Numa perspetiva de estratégia empresarial e a partir de um processo interativo e contínuo de:

- i) Diagnóstico de necessidades operacionais;
- ii) Enquadramento das necessidades sentidas em linhas de investimento, materializadas em projetos concretos;
- iii) Estabelecimento de consórcios europeus;
- iv) Candidatura e negociação;
- v) Implementação.

No ano em apreciação, foram concretizadas as seguintes candidaturas:

- Candidatura do projeto DESTI-SMART, Sustainable Mobility Accessibility & Responsible Travel - Delivering Efficient Sustainable Tourism with low carbon, no programa Interreg Europe. A deliberação sobre a candidatura encontrava-se ainda pendente à data de fecho do relatório.

- Candidatura “Valorização do capital humano da Horários do Funchal” a financiamento do Fundo Social Europeu, através do Madeira 14-20, com vista à capacitação dos seus recursos humanos com competências chave necessárias para a gestão e operação do serviço de transporte público moderno, designadamente no que respeita à adoção de novas tecnologias, à gestão de processos administrativos e à melhoria da prestação do serviço público dirigido a residentes e turistas.

ECONOMIA E FINANÇAS

Resultados

O resultado líquido (próprio) deste exercício é negativo em 870 759,20 euros, ou seja, antes da aplicação do método da equivalência patrimonial.

O resultado líquido, após aplicação do método da equivalência patrimonial, é negativo e no valor de 959 257,36 euros. Este resultado, apresentado nas demonstrações financeiras deste exercício, resulta, como referido anteriormente, da aplicação do método da equivalência patrimonial, para valorização dos investimentos financeiros/participações de capital, neste caso da participada Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. - CCSG, que para este ano apresenta um resultado líquido negativo de 88 498,16 euros.

A tributação em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é no valor estimado de 11.946,30 euros, os impostos diferidos totalizaram 187.563,35 euros e o imposto sobre o rendimento do exercício é no montante de 175.617,05 euros.

Numa primeira análise às demonstrações financeiras, verifica-se que o resultado líquido do exercício, negativo, é inferior ao apresentado no ano anterior, em 1,597 milhões de euros.

Sendo as principais razões na origem destes resultados, as seguintes:

- Corte total da indemnização compensatória do exercício, e que, no ano anterior, em 2016, foram atribuídas em Indemnizações compensatórias à HF apenas o valor de 1,019 milhões de euros;
- Aumento do custo do gasóleo;
- Resultados da SG serem negativos em 2017;
- Alienação da estação da Camacha no exercício anterior.

Custos e Gastos

No quadro que se segue, e para uma melhor perceção dos impactos atrás referidos, procedemos à comparação com os dois últimos anos de exploração, das rubricas mais significativas de custos e gastos, constantes da Demonstração dos Resultados por Naturezas:

CUSTOS TOTAIS POR RUBRICAS					
Descrição	2015	2016	Var.	2017	Var.
C. M. V. Consumidas	6 306 335,27	5 910 438,47	-6,28%	6 132 394,01	3,76%
Fornec. e serv. externos	1 679 131,63	1 626 143,31	-3,16%	1 567 713,18	-3,59%
Gastos com pessoal	9 317 047,76	8 909 252,58	-4,38%	8 984 604,20	0,85%
Amortizações	1 705 679,30	1 397 373,03	-18,08%	1 572 085,82	12,50%
Juros e simil. suportados	828 750,19	361 121,54	-56,43%	229 502,92	-36,45%
Outros	268 796,26	104 477,52	-61,13%	315 091,30	201,59%
Total	20 105 740,41	18 308 806,45	-8,94%	18 801 391,43	2,69%

No custo das mercadorias vendidas e consumidas, verificamos um acréscimo de 222 mil euros, o que em termos percentuais traduziu-se num acréscimo de 3,76% quando comparado com o ano anterior, sendo os grandes responsáveis por este aumento:

- O aumento do custo unitário do gasóleo, o que levou, em termos gerais, a um aumento do custo total adquirido de 307 mil euros;
- Nos materiais diversos para viaturas, mais 63 mil euros, destacando-se os materiais para a aplicação em motores, direção, eixos, travões e transmissão.

O aumento verificado foi atenuado pela redução nos gastos com a aquisição de bilhetes-suportes, que neste ano verificaram uma redução de 147 mil euros. Esta redução deve-se à política levada a cabo pela empresa com a introdução das impressoras a bordo, deixando de utilizar e de consumir este tipo de bilhete eletrónico a bordo das viaturas.

Nos fornecimentos e serviços externos (FSE), verificamos um decréscimo de 58 mil euros (-3,59% em relação a 2016).

Nos gastos com pessoal, e como referido ao longo deste relatório, verificou-se um acréscimo dos custos na ordem dos 75 mil euros, (+0,85%, em relação ao ano anterior), devido, principalmente, à aplicação, na íntegra, das regras estipuladas no CCT, para o cálculo e pagamento horas extraordinárias.

Nos gastos de depreciação e amortizações, o aumento verificado situou-se nos 175 mil euros, justificado, praticamente, pela substituição de órgãos de viaturas, atendendo que o restante investimento foi de baixo valor e em equipamentos de comunicações, de informática, destacando o programa GIST e a instalação do sistema de tratamento de águas por Osmose.

Nos juros e gastos similares suportados, registou-se uma diminuição no valor de 131 mil euros, motivado pelas amortizações de capital dos financiamentos contraídos junto das instituições financeiras e pelas reduções das taxas de juro e respetivas comissões, renegociadas neste exercício.

Nos outros gastos e perdas, as variações existentes são de menor relevo, inclui os resultados da SG, imparidades, variação da produção entre outros.

Nos rendimentos e ganhos

EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS E GANHOS POR RUBRICA					
Descrição	2015	2016	Var.	2017	Var.
Vendas e serviços prestados	13 861 662,31	13 776 043,91	-0,62%	13 862 957,70	0,63%
Subsídios à exploração	3 572 770,45	1 154 297,90	-67,69%	6 382,65	-99,45%
Trabalhos p/ a própria entidade	505 947,18	547 814,25	8,27%	764 409,87	39,54%
Outros rendimentos e ganhos	3 476 749,17	3 324 891,02	-4,37%	3 032 766,80	-8,79%
Outros	112 712,95	134 084,03	18,96%	6 382,65	-95,24%
Total	21 529 842,06	18 937 131,11	-12,04%	17 672 899,67	-6,68%

As vendas e prestações de serviços, registaram um aumento de 87 mil euros em termos gerais, mas apenas dois grupos de produtos/serviços são responsáveis por este crescimento, já que os restantes verificaram reduções. Os dois grupos que verificaram aumentos foram:

- Bilhetes vendidos a bordo das viaturas e bilhetes pré-comprados adultos, em 167 mil euros;
- Nos títulos passe, nos sociais II, 30 dias, sénior II, invalidez I e II, onde obtivemos um aumento de 24 mil euros.

Os restantes grupos, verificaram reduções, nomeadamente:

- Estudante e criança, apresentaram uma redução de 80 mil euros, sendo os primeiros os mais significativos;
- Uma redução de 25 mil euros nos serviços de aluguer.

Nos subsídios à exploração, como referido anteriormente, destaca-se a não contabilização das Indemnizações Compensatórias (IC) do presente exercício, atendendo que não há certeza do seu valor e do seu recebimento, embora o valor estimado para o ano em causa ficaria nos 3,289 milhões de euros.

No exercício anterior, apenas foi registado 1,019 milhões de euros em IC e a diferença para o valor estimado referido anteriormente no valor de 2,270 milhões de euros, foi pago através da realização de prestações suplementares de Capital.

Nos trabalhos para a própria empresa, verifica-se um aumento de 217 mil euros, referentes a:

- Reparações de órgãos de substituição de viaturas;
- Reparação/recuperação de peças para o armazém;
- Remunerações para o projeto subsidiado por fundos comunitários, *Civitas Destinations*.

Em outros rendimentos e ganhos, foi verificada uma redução de 292 mil euros, resultante, essencialmente, da alienação do edifício da Camacha no exercício anterior e do estacionamento que lhe estava afeto.

Nas restantes rubricas de ganhos, não existe diferenças significativas a registar.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

DESCRIÇÃO	2015	2016	VAR.	2017	VAR.
Ativo não corrente	26 575 827,83	26 575 404,26	0,00%	25 750 570,89	-3,10%
Ativo corrente	5 028 731,75	5 681 945,41	12,99%	5 606 470,83	-1,33%
Inventários	550 153,45	604 638,03	9,90%	549 479,38	-9,12%
Clientes	410 631,10	493 502,81	20,18%	395 566,71	-19,85%
Total do ativo	31 604 559,58	32 257 349,67	2,07%	31 357 041,72	-2,79%
Capital realizado	17 852 360,00	17 852 360,00	0,00%	17 852 360,00	0,00%
Capital próprio	13 081 859,27	16 388 764,87	25,28%	16 277 482,74	-0,68%
Passivo não corrente	7 530 995,12	7 682 020,16	2,01%	5 875 156,17	-23,52%
Passivo corrente	10 991 705,19	8 663 723,60	-21,18%	9 204 402,81	6,24%
Total do passivo	18 522 700,31	15 868 584,80	-14,33%	15 079 558,98	-4,97%
Vendas e prestações de serviços	13 861 662,31	13 776 043,91	-0,62%	13 862 957,70	0,63%
Amortizações do exercício	1 705 679,30	1 397 373,03	-18,08%	1 572 085,82	12,50%
Resultados operacionais	2 137 411,08	989 446,20	-53,71%	-905 371,49	-191,50%
Resultados antes de impostos	1 308 660,89	628 324,66	-51,99%	-1 134 874,41	-280,62%
Imposto s/ o rendimento do exercício	-196 008,61	9 042,22	-104,61%	175 617,05	1842,19%
Resultado líquido do exercício	1 112 652,28	637 366,88	-42,72%	-959 257,36	-250,50%

INVESTIMENTO

O montante total investido, foi de 635 mil euros, justificado praticamente pela substituição de órgãos em viaturas, por equipamentos de comunicações e de informática, onde se destaca o programa GIST e na instalação do sistema de tratamento de águas por Osmose, que se ilustra, pela sua relevância, no seguinte quadro:

OBJETO	VALOR ADJUDICADO
GIST3	150 000,00
Sistema de monitorização de pneus	23 550,00
Sistema de tratamento de águas	47 320,00
35 Computadores	13 965,00
Sistema de ajuda à condução segura	30 000,00

Para além do acima referido, acresce ainda 192 mil euros na aquisição de bens e serviços, custos de projetos financiados por Fundos Comunitários, Civitas Destination, em que a HF optou por registar em ativos fixos intangíveis e reconhecendo o custo, num só exercício, através gastos de depreciação e de amortização.

DESINVESTIMENTO

INDICADORES OPERACIONAIS

Os montantes desinvestidos, no valor de 710 mil euros, são justificados da seguinte forma:

- Em equipamento Básico, no total de 557 mil euros, sendo 109 mil euros numa viatura pesada, 382 mil em órgãos de substituição e 66 mil em outros equipamentos;
- Em equipamentos outros, no valor total de 153 mil euros, em que 14 mil euros referente a uma viatura ligeira e em equipamento administrativo e outros ativos fixos tangíveis o valor de 139 mil euros sendo onde se inclui essencialmente equipamentos e *software* informático e equipamentos da oficina, que se encontravam desatualizados, danificados e sem recuperação.

FINANCIAMENTO

A 31 de dezembro, o total de financiamentos rondava o valor de 7,1 milhões de euros, menos 9,61%, quando comparado com o ano anterior.

EVOLUÇÃO DA DIVIDA FINANCEIRA					
Descrição	31/12/2015	31/12/2016	Var.	31/12/2017	Var.
Instituições de crédito e soc. financeiras					
Empréstimos bancários	9 323 047,28	6 957 743,60	-25,37%	6 532 754,09	-6,11%
Loações financeiras	875 594,90	924 691,87	5,61%	592 312,21	-35,94%
Total	10 198 642,18	7 882 435,47	-22,71%	7 125 066,30	-9,61%
Juros e gastos similares suportados	828 750,19	361 121,54	-56,43%	229 502,92	-36,45%

A HF, neste exercício, cumpriu com os compromissos financeiros vencidos e com o pagamento de amortizações de capital e respetivos encargos.

Foi necessário recorrer ao longo do ano, para superar necessidades de tesouraria, a financiamentos bancários, de curto prazo, em modalidade de crédito em conta corrente, atingindo no final do exercício o montante de 1,5 milhões de euros.

O capital amortizado, durante este exercício, foi no montante de 2,2 milhões euros.

De realçar a redução dos juros dos financiamentos, de 361 mil euros para 230 mil euros, menos 132 mil euros, justificado essencialmente por amortização de capital, renegociação/revisão das taxas de juro e respetivas comissões, bem como pelo fato de não estar a incidir nos juros qualquer indexante à taxa *Euribor* por esta encontrar negativa.

PERSPETIVAS FUTURAS

As tarifas dos títulos de transporte, praticadas e aplicadas pela HF nas suas vendas, são fixadas pelo Governo Regional da Madeira, através de uma portaria criada para o efeito. O tarifário, em 2017, não foi alterado e não é do nosso conhecimento que o venha a ser.

Continuamos a sentir dificuldades em retomar níveis mais elevados de procura, apesar das anunciadas perspetivas de crescimento económico e de redução do desemprego, fatores que influenciam o aumento da mobilidade, mas insuficientes para se conseguir, a curto prazo, melhorar a performance da nossa atividade.

O preço do gasóleo encontra-se muito instável, sendo difícil determinar se a evolução do mesmo será positiva ou negativa. No entanto com tendência de subida à data do presente relatório.

HF tem previsto investimentos, para o próximo exercício, na ordem dos 4 milhões de euros, no entanto dependente de apoios comunitários, da viabilização na obtenção de financiamentos por parte das instituições financeiras e, principalmente, da definição da Autoridade de Transporte no concelho do Funchal. É sobre este último, que recai todas as condicionantes anteriores, pois sem respetivo contrato de concessão de exploração do serviço público de passageiros, a ser atribuído pela Autoridade de Transporte, a HF não poderá efetuar qualquer tipo de investimento.

A HF vai desenvolver a sua atividade focalizada no contínuo ajustamento da oferta à procura, o que proporcionará por si só uma diminuição de custos, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual deverá ser enquadrada no Plano Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração é responsável pela elaboração das Contas do exercício, anexas a este relatório, as quais fornecem uma justa e apropriada imagem da situação do negócio e da atividade da empresa.

Na preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com a legislação em vigor, foram utilizadas políticas e critérios contabilísticos apropriados.

As Contas e os procedimentos de controlo interno foram revistos pelos auditores externos e revelam-se isentas de distorções relevantes.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a Lei e com os Estatutos, cabe ao Conselho de Administração apresentar à Assembleia-Geral uma proposta de aplicação dos resultados da HF.

Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração propõe que do Resultado Líquido do Exercício, negativo de 959.257,36 euros seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Funchal 9 de abril de 2018,

O Conselho de Administração

Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves - Presidente

Susana Maria Florença Pinto Correia – Vogal

CONTAS DO EXERCÍCIO

BALANÇO

Rubricas	Notas	2017	2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	22 873 473,45	23 609 845,76
Activos intangíveis	7		
Participações financeiras _ Método de equivalência patrimonial	8	2 862 060,34	2 950 558,50
Participações financeiras - outros métodos	9	15 000,00	15 000,00
Outros ativos financeiros		37,10	0,00
Créditos a receber			
		25 750 570,89	26 575 404,26
Activo corrente			
Inventários	12	549 479,38	604 638,03
Clientes	13	395 566,71	493 502,81
Adiantamentos a fornecedores		96 718,42	2 446,69
Estado e outros entes públicos	14	329 135,67	328 860,51
Accionistas / sócios		1 064 058,15	2 150,32
Outros créditos a receber	15	1 664 630,86	3 056 286,12
Diferimentos	16	38 114,38	63 078,37
Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros activos financeiros	10	227,94	897,51
Caixa e depósitos bancários	4	1 468 539,32	1 130 085,05
		5 606 470,83	5 681 945,41
Total do activo		31 357 041,72	32 257 349,67
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	17	17 852 360,00	17 852 360,00
Outros instrumentos de capital próprio	18	3 451 382,83	2 389 475,00
Reservas legais	19	343 705,41	311 837,07
Outras reservas	20	139 663,87	139 663,87
Resultados transitados	21	-20 308 664,97	-21 211 439,43
Ajustamentos em activos financeiros	22	-151 571,69	-151 571,69
Excedentes de revalorização	23	15 346 837,35	15 644 113,27
Outras variações no capital próprio	11 e 24	563 027,30	776 959,90
Resultado líquido do período		-959 257,36	637 366,88
Interesses que não controlam			
Total do capital próprio		16 277 482,74	16 388 764,87
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	25	2 545 053,33	4 105 760,97
Passivos por impostos diferidos	11 e 24	3 330 102,84	3 576 259,19
		5 875 156,17	7 682 020,16
Passivo corrente			
Fornecedores	27	1 112 305,45	1 113 121,05
Adiantamento de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	14	243 059,60	246 932,31
Accionistas / Sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	25	4 580 012,97	3 776 674,50
Outras dívidas a pagar	26	2 875 741,37	2 645 854,02
Diferimentos	16	393 283,42	403 982,76
		9 204 402,81	8 186 564,64
Total do passivo		15 079 558,98	15 868 584,80
Total do capital próprio e do passivo		31 357 041,72	32 257 349,67

O Contabilista Certificado

O Conselho Administração

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Rendimentos e gastos	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	28	13 862 957,70	13 776 043,91
Subsídios à exploração	29	6 382,65	1 175 699,10
Ganhos/Perdas imp. subs., assoc. e emp. conjuntos	30	-88 498,16	69 489,52
Variação nos inventários da produção	31	-42 493,47	34 346,29
Trabalhos para a própria entidade	32	764 409,87	547 814,25
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	33	-6 132 394,01	-5 910 438,47
Fornecimentos e serviços externos	34	-1 567 713,18	-1 626 143,31
Gastos com pessoal	35	-8 984 604,20	-8 909 252,58
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	12	-7 198,14	477,77
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	13,14,15	-67 677,77	3 369,25
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	5 000,00
Imp. de invest. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	9	0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		-669,57	-2 167,41
Outros rendimentos e ganhos	36	3 032 766,80	3 324 891,02
Outros gastos e perdas	37	-108 554,19	-102 310,11
Resultado antes de dep, gastos de finan. e impostos		666 714,33	2 386 819,23
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	38	-1 572 085,82	-1 397 373,03
Imp. de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	39	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de finan. e impostos)		-905 371,49	989 446,20
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	40	-229 502,92	-361 121,54
Resultado antes de impostos		-1 134 874,41	628 324,66
Imposto sobre rendimento do período	11	175 617,05	9 042,22
Resultado líquido do período		-959 257,36	637 366,88

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	2017	2016
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	15.262.234,13	14.992.575,38
Pagamento a fornecedores	-9.586.855,50	-9.447.824,37
Pagamentos ao pessoal	-5.170.657,03	-5.250.285,88
Fluxos de caixa das actividades operacionais	504.721,60	294.465,13
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento	-64.604,36	-157.211,26
Outros recebimentos / pagamentos	1.088.177,10	837.665,32
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	1.528.294,34	974.919,19
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos de		
Activos fixos tangíveis	-657.521,36	-863.268,52
Activos fixos intangíveis		
Investimentos financeiros		-1.700.000,00
Outros activos		
Recebimentos de		
Activos fixos tangíveis		1.536.600,00
Activos fixos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento	2.033,32	626.232,73
Juros e rendimentos similares	3.825,19	2.048,61
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-651.662,85	-398.387,18
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos de		
Financiamento obtidos	9.200.000,00	10.135.000,00
Realização de capital e outros instrumentos de capital próprio		2.389.475,00
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos de		
Financiamentos obtidos	-9.624.989,51	-12.500.303,78
Juros e gastos similares	-113.187,71	-150.839,04
Dividendos		
Redução de capital e ou instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-538.177,22	-126.667,82
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	338.454,27	449.864,19
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.130.085,05	680.220,86
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.468.539,32	1.130.085,05

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2016											
	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa									Total
		C. Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Res. legais	O. Res.	R. trans.	Ajust. Act. financeiros	Exced. revalorização	O. Var. capital próprio	Res. Líq. período	
Posição no início do período		17.852.360,00	2.389.475,00	311.837,07	139.663,87	-21.211.439,43	-151.571,69	15.644.113,27	776.959,90	637.366,88	16.388.764,87
Alterações no período											0,00
Exced. rev. act. fixo tang. e intang. e r. variações	23					869.403,74		-869.403,74			0,00
Reconhecimento de subsídios ao investimento	24								450.976,14		450.976,14
Ajustamentos por impostos diferidos	21,23 e 24					-186.921,80		186.921,80	-170.912,42		-170.912,42
Variações de capital em participadas											0,00
Aplicação do resultado líquido do período	21			55.632,61		1.057.019,67				-1.112.652,28	0,00
		0,00	0,00	55.632,61		1.739.501,61	0,00	-682.481,94	280.063,72	-1.112.652,28	280.063,72
Resultado líquido do período										637.366,88	637.366,88
Resultado extensivo										-475.285,40	-475.285,40
Operações com detentores de capital no período											
Outras operações	18										
Posição no fim do período		17.852.360,00	2.389.475,00	311.837,07	139.663,87	-21.211.439,43	-151.571,69	15.644.113,27	776.959,90	637.366,88	16.388.764,87
O Contabilista Certificado						O Conselho de Administração					

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2017											
	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa									Total
		C. Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Res. legais	O. Res.	R. trans.	Ajust. Act. financeiros	Exced. revalorização	O. Var. capital próprio	Res. Líq. período	
Posição no início do período		17.852.360,00	2.389.475,00	311.837,07	139.663,87	-21.211.439,43	-151.571,69	15.644.113,27	776.959,90	637.366,88	16.388.764,87
Alterações no período											0,00
Exced. rev. act. fixo tang. e intang. e r. variações	23					378.695,44		-378.695,44			0,00
Reconhecimento de subsídios ao investimento	24								-272.525,60		-272.525,60
Ajustamentos por impostos diferidos	21,23 e 24					-81.419,52		81.419,52	58.593,00		58.593,00
Variações de capital em participadas											0,00
Aplicação do resultado líquido do período	21			31.868,34		605.498,54				637.366,88	0,00
		0,00	0,00	31.868,34		902.774,46	0,00	-297.275,92	-213.932,60	637.366,88	-213.932,60
Resultado líquido do período										-959.257,36	-959.257,36
Resultado extensivo										-321.890,48	-321.890,48
Operações com detentores de capital no período											
Outras operações	18		1.061.907,83								1.061.907,83
Posição no fim do período		17.852.360,00	3.451.382,83	343.705,41	139.663,87	-20.308.664,97	-151.571,69	15.346.837,35	563.027,30	-959.257,36	16.277.482,74
O Contabilista Certificado						O Conselho de Administração					

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1. Identificação da entidade

1.1. Designação da Entidade

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., (HF), sociedade, comercial por ações, de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e atuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A. detendo, respetivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 17.852.360,00 Euros.

1.2. Sede

A sede social da HF é na Travessa da Fundoa de Baixo, nº. 5 – São Roque, código postal 9020-242, concelho do Funchal.

1.3. Natureza da atividade

A atividade principal da Empresa HF, é o transporte terrestre, urbano e suburbano, de passageiros. A HF dedica-se à atividade de serviço público de transportes de passageiros em regime de concessão e em exclusivo na Cidade do Funchal.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Disposições gerais

As demonstrações financeiras da HF, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº. 98/2015, de 2 de junho e pela portaria nº. 220/2015, de 24 de julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 9 de abril de 2018, são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2017 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2016.

A HF detém controlo sobre a sua subsidiária, Companhia dos Carros de São Gonçalo, SA (SG). Por este facto a HF prepara e apresenta demonstrações financeiras consolidadas, sendo que o Grupo é constituído por estas duas Entidades.

2.2 Derrogações às disposições do SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Comparabilidade com o ano anterior

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, excetuando-se, contudo, as seguintes situações:

- Ativos não correntes detidos para venda – os quais são valorizados ao menor entre o seu valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda;
- Terrenos e edifícios incorporados nos ativos fixos tangíveis – valorizados pelo método de revalorização;
- Participações em subsidiárias – as quais são valorizadas pelo método da equivalência patrimonial.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos.

As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessária, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, com as seguintes exceções:

Os terrenos e os edifícios encontram-se registados pelo método de revalorização, ou seja, ao seu justo valor. Sempre que se revelar necessário, ou que ocorram alterações às atuais condições, o justo valor dos ativos fixos tangíveis deverá ser atualizado, sendo que essa análise deverá ocorrer no mínimo de 5 em 5 anos.

A última revalorização dos terrenos e edifícios foram efetuadas com referência a 01/01/2010.

Em 2014, foram efetuadas novas avaliações para obtenção dos justos valores, no entanto, não originaram qualquer atualização.

Relativamente ao equipamento básico (viaturas para transporte de passageiros) adquiridos até ao ano de 1992, o seu custo de aquisição encontra-se acrescido das reavaliações efetuadas ao abrigo dos Decretos-Lei 49/91 de 25 de janeiro e 264/92 de 24 de novembro.

Na data da transição para as NCRF, a Empresa decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, Decretos-Lei 49/91, de 25 de janeiro e 264/92, de 24 de novembro, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7, com exceção de terrenos e edifícios que registou ao seu justo valor.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

Para desenvolvimento da sua atividade e tendo em conta a orografia da Ilha da Madeira, a HF tem por norma que imprimir às viaturas utilizadas no desenvolvimento da sua atividade especificidades significativas. Esta situação associada a custos significativos de transportes, dificulta a venda por parte da HF destas viaturas fora da Ilha da Madeira, sendo que as restantes empresas que operam no mercado regional no ramo dos transportes não conseguem absorver este tipo de viaturas, caracterizando a inexistência de um mercado ativo, inviabilizando assim o apuramento de um valor de mercado apropriado. Assim, esse valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

No que respeita à determinação do valor em uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A HF considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter em conta as características do serviço público prestado, bem como, as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a HF, entende que não é possível a determinação do valor em uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, e não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando as viaturas deixem de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas sobre o valor de custo ou de reavaliação, a partir da entrada em funcionamento dos bens, segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual.

Em 2010, tendo a Empresa acesso pela primeira vez a informação adicional, decidiu proceder à desagregação das viaturas por componentes e inerentemente alterar as vidas úteis das viaturas, tendo como base uma análise realizada internamente. Desta forma, de acordo com a NCRF nº 7, foi considerada como vida útil destes ativos o período durante o qual a Empresa espera que as componentes que os compõem estejam disponíveis para uso, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico:	
Viaturas	
Motores	8
Caixas velocidades	2
Diferenciais	5
Eixos	5
Carroçarias	8
Outros	16
Equipamentos cobrança e controlo	3 a 8
Programas de cobrança e controlo	3
Equipamento de transporte	-
Equipamento administrativo	5 a 8
Equipamentos biológicos	-
Outros activos fixos tangíveis	5 a 8

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Propriedades de investimento

A Empresa classifica, desde que se verifique, como propriedades de investimento os imóveis (terrenos ou edifícios ou parte de um edifício ou ambos) detidos para valorização do capital.

Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 11.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas segundo o método da linha reta após a dedução do seu valor residual, quando aplicável, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	3 a 50

Os custos subsequentes, com as propriedades de investimentos, só são adicionados, ao custo do ativo, se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos, face aos considerados no reconhecimento inicial.

Direitos de concessão

Os direitos de concessão para o transporte público de passageiros, 62 carreiras, foram concedidas, sem valor e não estão registados como ativos intangíveis, pelo facto de não existir um mercado ativo para valorização das mesmas e por incorporarem um serviço público não passível de ser quantificável. As concessões das carreiras outorgadas em regime provisório são válidas por 2 anos e as concessões outorgadas em regime definitivo são válidas por 10

anos, podendo ser prorrogadas por períodos de 5 anos, não podendo ultrapassar a data de 03/12/2019.

Locações

A Empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efetuados pela Empresa à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos diretos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como ativo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Participações financeiras

Investimentos em subsidiárias

As participações financeiras em subsidiárias em que a Empresa exerce o controlo direto e indireto são registadas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a Empresa detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma Empresa ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a Empresa adquire a influência significativa direta ou indireta até ao momento em que a mesma termina, exceto se existirem restrições severas e

duradoras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a Empresa, caso em que foi usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais a Empresa tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a Empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de direção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transações materiais entre a Empresa e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao desconto respetivo.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Empresa reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em Inventários consumidos e vendidos.

Créditos a receber

Os créditos a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentados em balanço deduzidos das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente) são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata, na sua condição atual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

A Empresa também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata, na sua condição atual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, os ativos não correntes detidos para venda e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas, não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não

depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio e outros apoios de entidades públicas não são reconhecidos, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo e de outras entidades públicas, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio e outros apoios de entidades públicas que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridas ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa, sem qualquer futuro custo relacionado, é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar *deficits* de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio e outros apoios de entidades públicas tomar a forma de transferência de um ativo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso da Empresa, é usual avaliar o justo valor do ativo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o ativo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios e apoios de outras entidades públicas não condicionais que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, o subsídio se torna recebível.

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas, condicionais, que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas aos subsídios do Governo.

Capitalização de custos com empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, são capitalizados como parte do custo desses ativos.

Um ativo que se qualifica é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a

capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos, como parte do custo de um ativo que se qualifica, inicia-se quando os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as atividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Ativos e passivos contingentes

A Empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respetivo passivo contingente.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 9 de abril de 2018 data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 43.

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

3.3. Principais estimativas e Julgamentos

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição

detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que, em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Propriedades de investimento

A empresa regista as propriedades de investimento ao justo valor.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Empresa determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, a Empresa avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços das ações, considerando para os títulos cotados que desvalorizações superiores a 20% são significativas. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Empresa.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Imparidade dos ativos não correntes e Goodwill

Os ativos fixos tangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da Empresa.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Empresa, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis e durante os seguintes períodos:

- Os prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2013 podem ser reportados por um período de 5 anos;
- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2016 podem ser reportados por um período de 12 anos;
- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017 podem ser reportados por um período de 5 anos.

Desde 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2014, encontra-se limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O não reconhecimento dos ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projeções da Empresa, que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros.

Vidas úteis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, principalmente para o seu equipamento básico (viaturas de transporte coletivo de passageiros) e do método de amortização/depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão.

Em 2010, tendo por base informação adicional disponibilizada internamente, a Empresa decidiu desagregar o equipamento básico (viaturas) em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada componente. A definição das novas vidas úteis foi efetuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura de utilização.

Revalorização de ativos fixos tangíveis

Em 2010 a Empresa decidiu valorizar os seus terrenos e os seus edifícios pelo método de revalorização. Este método foi determinado tendo como base a avaliação de um perito independente, no caso dos terrenos e edifícios teve como referência os preços observáveis no mercado ativo ou em transações de mercado recente.

O valor da revalorização de 2010 foi novamente validado por avaliações externas efetuadas por um perito externo e independente no final de 2014, não tendo havido necessidade de ajuste do valor registado contabilisticamente.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificados pelo órgão de gestão da Empresa situações que coloquem em causa a continuidade da Empresa, bem como que coloquem em causa um ajustamento material nas quantias escrituradas nos ativos e passivos durante o exercício de 2017.

O equilíbrio da atividade operacional e dos resultados dos períodos futuros, da Empresa, encontra-se dependente da capacidade de articulação dos proveitos de exploração com os custos de exploração, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual vai ser enquadrada no Plano Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

4.1 Saldos não disponíveis, para uso

A 31 de dezembro de 2017 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

4.2 Desagregação de valores

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa		
Caixa Principal	20.040,00	20.040,00
Caixa Transf. Fundos	7.690,43	9.201,93
Depósitos à ordem		
Barclays Bank	0,00	0,00
Montepio Geral	559,87	18.991,02
Novo Banco	202.101,54	214.436,56
Banco BIC	674.219,85	629.226,79
Banif		2.009,01
Caixa Geral de Depósitos	94.016,61	212.494,85
Millennium BCP	68.500,33	20.365,39
Int. Gestão do Crédito Público	280,68	280,68
Santander Totta	401.130,01	3.038,82
Outros depósitos bancários		
	1.468.539,32	1.130.085,05

Nos saldos acima referidos, não contemplam o valor de 414.861,64 euros e 477.158,96 euros, em 2017 e 2016 respetivamente, depositados no Banco BIC, pelo INEA-INNOV.AND NETWORKS EXECUTIVE AGENCY, entidade responsável pelo projeto europeu, *Civitas Destination*, para pagamentos a parceiros do projeto, definidos no contrato, no qual a HF foi nomeada consórcio e responsável pela entrega. O referido valor encontra-se a aguardar o destino a ser dado, atendendo que não foi possível efetuar o pagamento a dois dos parceiros do projeto e de acordo com o plano de pré-financiamento entregue pela entidade acima referida.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

No presente exercício a HF não alterou qualquer política contabilística.

6. Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	30/12/2017	31/12/2016
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	8 917 681,99	8 917 681,99
Edifícios e outras construções	16 599 635,12	16 599 635,12
Equipamento básico	25 512 653,53	25 621 702,56
Equipamento de transporte	424 001,18	426 747,43
Equipamento administrativo	1 744 784,00	1 791 907,36
Equipamentos biológicos		
Outros activos fixos tangíveis	2 380 763,69	2 297 382,34
Imobilizado em curso	55 974,83	23 648,01
Adiantamentos		3 859,00
	55 635 494,34	55 682 563,81
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	-1 380 430,51	-1 348 590,98
Depreciação acumulada de períodos anteriores	-31 266 149,62	-30 608 686,31
Perdas por imparidade do período		
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-115 440,76	-115 440,76
	-32 762 020,89	-32 072 718,05
Valor líquido contabilístico	22 873 473,45	23 609 845,76

Os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, são analisados como segue:

Descrição	Saldo inicial	Adições	Revaloriz. imparidade	Abates alienações	Saldo final
Valor bruto:					
Terrenos e recursos naturais	8.917.681,99				8.917.681,99
Edifícios e outras construções	16.599.635,12				16.599.635,12
Equipamento básico	25.621.702,56	448.397,47		-557.446,50	25.512.653,53
Equipamento de transporte	426.747,43	11.280,13		-14.026,38	424.001,18
Equipamento administrativo	1.791.907,36	87.062,11		-134.185,47	1.744.784,00
Outros activos fixos tangíveis	2.297.382,34	88.166,81		-4.785,46	2.380.763,69
Investimentos em curso	23.648,01	55.709,22		-23.382,40	55.974,83
Adiantamentos	3.859,00			-3.859,00	-
	55.682.563,81	690.615,74	-	-737.685,21	55.635.494,34
Depreciação ac. e imp.					
Terrenos e recursos naturais	-459.681,01				(459.681,01)
Edifícios e outras construções	-3.719.252,32	-484.420,47			(4.203.672,79)
Equipamento básico	-23.450.443,39	-765.988,30		538.130,36	(23.678.301,33)
Equipamento de transporte	-426.747,43	-2.853,72		14.026,38	(415.574,77)
Equipamento administrativo	-1.759.630,15	-56.054,41		134.185,47	(1.681.499,09)
Outros activos fixos tangíveis	-2.256.963,75	-71.113,61		4.785,46	(2.323.291,90)
	(32.072.718,05)	-1.380.430,51	-	691.127,67	(32.762.020,89)
Total	23.609.845,76				22.873.473,45

Nas adições:

- Em equipamento básico, 448 mil euros, sendo 392 mil euros na substituição de órgãos/componentes de viaturas e 56 mil em outros equipamentos, tais como de

bilhética, instalados a bordo das viaturas e nos postos de venda HF e sistema de apoio à condução segura, em 20 viaturas;

- Em equipamento de transporte, 11 mil euros e referente a aquisição de uma viatura ligeira;
- Em equipamento administrativo, 87 mil euros, em equipamentos e programas informáticos, substituição da rede de comunicações, aparelhos de ar condicionado e da instalação do sistema de tratamento por Osmose;
- Em outros ativos fixos tangíveis, 88 mil euros e refere-se essencialmente à atualização de licenças e *software*, entre os quais o Gestão Gist 3, bem como de equipamentos de substituição para as oficinas.

As imobilizações em curso, 23 mil euros e dizem essencialmente respeito a equipamentos administrativos e *software* adquiridos e ainda não instalados.

Para além do acima referido, ainda 192 mil euros na aquisição de bens e serviços, custos de projetos financiados por Fundos Comunitários, *Civitas Destination* e que a HF opta por registar em ativos fixos tangíveis e reconhecendo o custo, num só exercício, através gastos de depreciação e de amortização.

Nos abates e alienações:

- Em equipamento básico, 557 mil euros, sendo 109 mil euros referente ao abate de 1 viatura, 382 mil euros do abate dos órgãos/componentes de viaturas avariados e substituídos por outros reparados e em outros equipamentos, 66 mil euros;
- Em equipamento de transporte, 14 mil euros e referente a uma viatura ligeira;

Em equipamentos administrativos, 134 mil euros, de equipamentos e *software* informático;

Em outros ativos fixos tangíveis, 5 mil euros de equipamentos da oficina, que se encontravam desatualizados, danificados e sem recuperação.

Os ativos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira apresentam-se como segue:

Rubrica	31-12-2017			31-12-2016		
	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e out. construções						
Equipamento básico	2.577.505,83	-1885.003,08	692.502,75	6.107.346,35	-4.795.010,98	1312.335,37
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo						
Equipamentos biológicos						
Outros activos fixos tangíveis						
	2.577.505,83	-1.885.003,08	692.502,75	6.107.346,35	-4.795.010,98	1.312.335,37

O total futuro, dos pagamentos mínimos, apresenta-se como segue:

Descrição	31-12-2017			31-12-2016		
	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas
Menos de um ano	131.857,53	7.428,71	139.286,24	342.033,00	18.000,00	360.033,00
Entre um e cinco anos	460.454,68	21.177,54	481.632,22	582.658,59	46.606,25	629.264,84
Mais de cinco anos						
	592.312,21	28.606,25	620.918,46	924.691,59	64.606,25	989.297,84

Restrições à titularidade apresentam-se como segue:

Descrição do equipamento	Locador	Condições do contrato				
		Tipo de restrição	Valor	V. residual	Opção compra	Duração
5 viaturas transp. de passageiros	N. BANCO	Título de propriedade	972.500,00	19.450,00	Sim	8 anos
5 viaturas transp. de passageiros	CGD	Título de propriedade	972.500,00	19.450,00	Sim	8 anos
4 viaturas transp. de passageiros	EUROBIC	Título de propriedade	670.000,00	13.400,00	Sim	8 anos

Ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Descrição dos imóveis	Passivo
Prédio urbano- artigo matricial U - 2496 Prédio rústico - artigo matricial R - 162 - Secção N	Financiamento bancário no montante de 2.815.000,00

Os edifícios acima referidos foram dados como garantia, promessa de hipoteca, sobre a operação de financiamento no montante de 1.250 mil euros, contratada na Caixa Geral de Depósitos, e seria acionada se não fosse liquidado na data de vencimento, 15/01/2023. Esta data foi alterada, antes 15/01/2013, atendendo à reestruturação efetuada naquele financiamento, mantendo-se assim a garantia dos ativos até aquela data. No presente exercício, mais precisamente a partir de 16/03/2016, por contrato assinado entre as duas entidades, foram os 3 empréstimos detidos junto daquela mesma instituição, no montante de 2.815 mil euros, reformulados/transformados em mútuo com hipoteca, de igual valor, tendo sido dado como hipoteca os dois prédios rústicos acima mencionados, por tempo indeterminado e subsistirá enquanto se mantiver as responsabilidades que assegura.

7. Ativos fixos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor Bruto:		
Activo fixo intangível	191.655,31	48.782,05
	191.655,31	48.782,05
Amortização acumulada e imparidade		
Amortização do período	-191.655,31	-48.782,05
Amortização acumulada de períodos anteriores		
Perdas por imparidade do período		
Perdas por imparidade de períodos anteriores		
	-191.655,31	-48.782,05
	0,00	0,00

Referem-se à aquisição de bens e serviços, custos de projetos financiados por Fundos Comunitários e que a HF optou por registar nesta rubrica. Reconhece o custo, num só exercício, através gastos de depreciação e de amortização. O valor refere-se ao projeto Civitas Destination.

Os movimentos ocorridos em ativos fixos intangíveis, durante o ano 2017, são analisados como segue:

	Saldo inicial	Adições	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:				
Estudos e projectos	48.782,05	191.655,31	-48.782,05	191.655,31
	48.782,05	191.655,31	-48.782,05	191.655,31
Amortização ac. e imparidade				
Depreciação do período	-48.782,05	-191.655,31	48.782,05	-191.655,31
	-48.782,05	-191.655,31	48.782,05	-191.655,31
Total	0,00			0,00

Neste exercício, 192 mil euros são relativos a custos imputados ao projeto *Civitas Destination*, subsidiado por fundos comunitários e amortizados num só exercício.

8. Participações financeiras-método da equivalência patrimonial

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	Tipo	31/12/2017			31/12/2016		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	V líquido
Comp. dos Carros São Gonçalo, SA	100% Capital	5.000.000,00	-2.137.939,66	2.862.060,34	7.700.000,00	-4.749.441,50	2.950.558,50
		5.000.000,00	-2.137.939,66	2.862.060,34	7.700.000,00	-4.749.441,50	2.950.558,50

O movimento das participações financeiras, é analisado como segue:

	Saldo inicial	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto				
Companhia dos Carros de São Gonçalo	5.000.000,00			5.000.000,00
	5.000.000,00			5.000.000,00
Imparidade				
Companhia dos Carros de São Gonçalo	-2.049.441,50	-88.498,16		-2.137.939,66
	-2.049.441,50	-88.498,16	0,00	-2.137.939,66
Total	2.950.558,50			2.862.060,34

As alterações deste exercício referem-se à aplicação do método de equivalência patrimonial na participação da SG e correspondente ao resultado líquido do exercício.

9. Participações financeiras – outros métodos

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2017			31-12-2016		
	Valor bruto	Imparidade	V líquido	Valor bruto	Imparidade	V líquido
OPT, SA	15.000,00		15.000,00	15.000,00		15.000,00
	15.000,00	0,00	15.000,00	15.000,00	0,00	15.000,00

O movimento das participações financeiras, é analisado como segue:

Descrição	Saldo inicial	Justo valor	Saldo final
Valor bruto			
OPT, SA	15.000,00		15.000,00
	15.000,00		15.000,00
Imparidade			
OPT, SA	0,00		0,00
	0,00	0,00	0,00
Total	15.000,00		15.000,00

Não foi efetuado qualquer ajustamento neste exercício, dado que á data dos registos, não se encontrarem disponíveis as Demonstrações financeiras da entidade acima descrita.

10. Outros Ativos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	Saldo inicial	Justo valor	Saldo final
Valor bruto			
BCP	13.133,99		13.133,99
	13.133,99	0,00	13.133,99
Imparidade			
BCP	-12.236,48	-669,57	-12.906,05
	-12.236,48	-669,57	-12.906,05
Total	897,51		227,94

A HF detém 838 ações daquela entidade e foram valorizadas/ajustadas ao valor da sua cotação em 31/12/2017.

11. Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício, apresentado, nas demonstrações financeiras, são analisados como segue:

Os Impostos diferidos passivos, decompõem-se da seguinte forma:

Descrição	Impostos diferidos ativos		Impostos diferidos passivos	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Créditos fiscais				
Provisões				
Instrumentos financeiros				
Ativos fixos tangíveis				
Ativos intangíveis				
Mais-valias reinvestidas				
Investimentos financeiros				
Reavaliações contabilísticas			3 492 149,31	3 573 568,83
Outras diferenças				
Compensação de ativos e passivos por impostos diferidos			-311 251,77	-205 107,94
Subsídios não reembolsáveis			149 205,30	207 798,30
	0,00	0,00	3 330 102,84	3 576 259,19

- Terrenos, 1.373 mil euros, registados com base no valor das reavaliações contabilísticas (7.389 mil euros) e corrigidos pelos coeficientes fiscais (6.385 mil euros);
- Edifícios, 2.119 mil euros, registados com base no valor líquido das reavaliações contabilísticas (9.857 mil euros);

- Subsídios ao investimento não reembolsáveis, 149 mil euros, referentes a vários projetos subsidiados por fundos europeus;
- Na compensação de ativos e passivos por impostos diferidos, 311 mil euros, foram calculados sobre os prejuízos fiscais acumulados à presente data e até ao montante que se estima reverter, pelo mesmo período, os impostos diferidos passivos (1.448 mil euros).

A taxa de IRC e a derrama municipal, é de 21,5%, taxa a ser aplicada para o exercício findo.

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos apresentam-se como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Impostos correntes	11.946,30	91.542,65
Ajustamentos referentes a períodos anteriores		
Origem e reversão de diferenças temporárias	-187.563,35	-100.584,87
	-175.617,05	-9.042,22

O imposto corrente, 12 mil euros, corresponde à estimativa do IRC apurado com base no resultado do exercício e depois de efetuada as devidas correções fiscais, aplicando a taxa de tributação sobre a base de incidência fiscal, incluindo derramas e tributações autónomas, e deduzindo as deduções à coleta.

Em origens e reversões de diferenças temporais, refletem o imposto diferido reconhecido no exercício.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis é analisado como segue:

Data limite de reporte	31-12-2017	31-12-2016
2017		477.283,55
2021	970.978,75	
2026	476.703,89	476.703,89
	1.447.682,64	953.987,44

12. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Valor Bruto:		
Mercadorias	140.805,84	108.227,26
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	568.755,29	597.587,88
Produtos e trabalhos em curso	37.412,90	89.119,40
	746.974,03	794.934,54
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	-7.198,14	477,77
Imparidades de períodos anteriores	-190.296,51	-190.774,28
	-197.494,65	-190.296,51
Valor líquido contabilístico	549.479,38	604.638,03

A variação ocorrida nesta rubrica é analisada da seguinte forma:

- Nas mercadorias, são os suportes de bilhetes e passes em que a redução é motivada pela alteração na forma de venda de tais títulos, nomeadamente bilhetes a vender a bordo;
- Nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo nada de relevo registar;
- Nos produtos e trabalhos em curso, refere-se a reparações/recuperação de peças de viaturas e de obras para terceiros.

Para cumprir com os compromissos assumidos na área de Exploração e atendendo à política da HF “ter sempre a frota disponível para o serviço, com a garantia de máxima segurança, qualidade e apresentação” é necessário que as intervenções na área da manutenção sejam rápidas e com o mínimo de tempo de paralisação das viaturas. Por este motivo e por estarem longe dos grandes centros de fornecimento de peças, o Armazém, para satisfazer as necessidades exigidas pela Oficina, tem a necessidade de colocar artigos em armazém em quantidades superiores ao seu consumo normal.

No Stock encontram-se artigos de substituição, com baixa rotação, mas não obsoletos, de imprevisível data de utilização.

Da análise efetuada aos inventários durante o exercício findo, foram feitos ajustamentos e reversões, resultando num acréscimo materialmente irrelevante, no valor de 7 mil euros.

Das existências em armazém, suporte de bilhetes, cerca de 9 mil euros encontram-se em poder de terceiros.

O movimento ocorrido nas imparidades de inventários é analisado como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Imparidades de inventários				
Mercadorias				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	190.296,51	22.683,25	-15.485,11	197.494,65
	190.296,51	22.683,25	-15.485,11	197.494,65

13.Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	467.089,71	497.788,61
Empresa-mãe		
	467.089,71	497.788,61
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	-67.237,20	-15,86
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-4.285,80	-4.269,94
	-71.523,00	-4.285,80
Valor líquido contabilístico	395.566,71	493.502,81

A redução deve-se essencialmente a pagamento efetuados e principalmente de dívidas de Escolas, nomeadamente escolas profissionais.

De salientar que 290 mil euros são respeitantes às vendas de pronto pagamento, das quais 233 mil euros referem-se aos nossos agentes Payshop/CTT e são liquidados no espaço de 5 dias úteis, no ano anterior era de 210 mil euros.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Clientes gerais	-4.285,80	-67.237,20		-71.523,00
	-4.285,80	-67.237,20	0,00	-71.523,00

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	Até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 365 dias	Entre 365 e 730 dias	Mais de 730 dias
Clientes gerais	383.720,44	37.501,31	41.608,02	0,00	4.259,94
	383.720,44	37.501,31	41.608,02	0,00	4.259,94

14.Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Activo		
Imposto sobre o rendimento	60.355,46	7.697,40
IVA a recuperar	268.780,21	321.163,11
IVA reembolsos pedidos		
Outros impostos		
Perdas por imparidade do período		
Perdas por imparidade de períodos anteriores		
	329.135,67	328.860,51
Passivo		
Imposto sobre o rendimento		
Retenções de imposto sobre o rendimento	61.287,25	63.902,49
IVA a pagar		
Outros impostos	8.297,40	8.645,22
Contribuições para a Segurança Social	173.474,95	174.384,60
Tributos das autarquias locais		
	243.059,60	246.932,31

No imposto sobre o rendimento é o valor a recuperar de IRC, resultante do apuramento, estimativa de imposto deste exercício.

Nos outros impostos, o IMI referente a 2017 a pagar em 2018.

15.Outros créditos a receber

A rubrica de outros créditos a receber é analisada como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Valor Bruto:		
Adiantamentos a fornecedores de investimentos		
Outros devedores		
Adiantamentos pessoal	40.490,00	41.173,25
Out. operações pessoal	86.158,58	86.040,48
Secretaria Reg. Tur. Transportes (I. Comp.)		1.019.422,00
Empresas grupo	1.331.232,53	1.637.902,40
Estado e out. entes públicos	5.900,95	4.389,77
Outros devedores	259.766,68	325.835,53
	1.723.548,74	3.114.763,43
Imparidade acumulada		
Imparidade do período	-440,57	29.786,31
Imparidade de períodos anteriores	-58.477,31	-88.263,62
	-58.917,88	-58.477,31
Valor líquido contabilístico	1.664.630,86	3.056.286,12

Nos adiantamentos ao pessoal regista o adiantamento do subsídio de férias aos funcionários que gozam férias em janeiro do ano seguinte.

Outras operações, é praticamente o valor atribuído ao pessoal motorista, fundo de maneiio, para a aquisição de bilhetes de bordo e fundo de trocos.

Na Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura, 1.019 mil euros no ano anterior e refere-se ao registo em acréscimos de rendimentos das Indemnizações compensatórias do ano de 2016, faturado e recebido em 2017.

Em empresas do grupo, refere-se aos fornecimentos efetuados à SG, essencialmente, de fornecimentos de gasóleo e serviços de manutenção/ reparação de viaturas e que vão sendo pagas consoante as suas disponibilidades financeiras.

Nas imparidades, a redução é principalmente da dívida da Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura e o restante valor são de imparidades de dívidas de outros devedores e credores.

16. Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Activo		
Gastos a reconhecer		
Seguros	23.711,72	45.901,22
Despesas bancárias	2.309,84	833,16
Diversos	12.092,82	16.343,99
	38.114,38	63.078,37
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Títulos de transporte	392.645,92	397.310,76
Outros	637,50	6.672,00
	393.283,42	403.982,76

Em gastos a reconhecer, a variação em seguros resulta do valor do seguro de responsabilidade civil de passageiros e acidentes de trabalho registados em cada um dos exercícios, respeitante ao ano seguinte.

Em rendimentos a reconhecer, o mesmo regista o valor dos títulos de transporte a utilizar pelos nossos clientes em janeiro de 2018, os quais foram vendidos no período compreendido entre 20 e 31 de dezembro de 2017.

17. Capital subscrito

O capital social de 17.852.360,00 euros, representado por 3.570.472 ações ordinárias de valor nominal de 5,00 euros cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2017.

ACIONISTAS	Em 31/12/2017		Em 31/12/2016	
	Ações	Capital	Ações	Capital
Região Autónoma da Madeira	3.391.948	16.959.742,00	3.391.948	16.959.742,00
Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	178.524	892.618,00	178.524	892.618,00
	3.570.472	17.852.360,00	3.570.472	17.852.360,00

18. Outros instrumentos de capital próprio

Em assembleia geral de 30/10/2017, foi deliberado pelos acionistas efetuarem prestações suplementares de capital no montante de 1.061.907,83 euros, sendo 1.008.812,44 euros realizadas pela acionista RAM e 53.095,39 euros pela EEM., no ano anterior foi de 2.389.475,00 euros, totalizando no final do presente exercício o valor de 3.451.382,83 euros.

19. Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social. Apresenta um saldo de 343.705,41 euros e no ano anterior de 311.837,07 euros.

20. Outras reservas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Reservas livres	139.663,87	139.663,87
	139.663,87	139.663,87

Correspondem ao valor dos ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas, lucros não atribuídos, pela Companhia de Automóveis de Santo António, Lda, até ao exercício de 1998, incorporados, por fusão, nos capitais próprios da HF. Estas reservas só serão utilizadas por decisão em Assembleia Geral.

21. Resultados transitados

O detalhe dos movimentos deste exercício nesta rubrica é analisado como segue:

- Pela incorporação do resultado líquido positivo do exercício anterior deduzido de 32 mil euros da reserva legal e no montante de 605 mil euros;
- Das reversões de excedentes de revalorização dos edifícios, 379 mil euros e respetivo imposto diferido, no montante de 81 mil euros e no ano anterior de 869 mil euros e 187 mil euros respetivamente.

O valor dos resultados transitados no final do exercício é de 20.308.664,97 milhões de euros e no exercício anterior de 21.211.439,43 milhões de euros.

22. Ajustamentos em ativos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Relacionados com o método da equivalência patrimonial:		
Ajustamentos de transição	-152.134,35	-151.571,69
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	562,66	
	-151.571,69	-151.571,69

A variação refere-se ao reconhecimento de um subsídio ao investimento registado pela nossa subsidiária, SG, em capitais próprios.

23.Excedentes de revalorização

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Reavaliações decorrentes de diplomas legais		
Antes de imposto sobre rendimento	1.592.504,81	1.592.504,81
Impostos diferidos		
Outros excedentes		
Antes de imposto sobre rendimento	17.246.481,85	17.625.177,29
Impostos diferidos	-3.492.149,31	-3.573.568,83
	15.346.837,35	15.644.113,27

A variação desta rubrica deriva do reconhecimento da realização das revalorizações efetuadas no exercício de 2010, nos terrenos e edifícios, em função das depreciações registadas, bem como pela alienação do edifício da estação da Camacha. Deriva também do reconhecimento dos respetivos impostos diferidos. Neste período foi reconhecido o montante 379 mil euros e em resultado deste, foram reconhecidos impostos diferidos no valor de 81 mil euros.

24.Outras variações no capital próprio

A rubrica de outras variações no capital próprio é analisada como segue:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ajustamentos por impostos diferidos		
Subsídios	544.774,46	758.707,06
Doações	18.252,84	18.252,84
Variações de capital em participadas		
	563.027,30	776.959,90

A variação ocorrida em cada um dos períodos está associada ao reconhecimento dos subsídios ao investimento e dos respetivos impostos diferidos. No ano anterior foi no montante de 451 mil euros e no presente 272 mil euros, o que correspondeu a impostos diferidos no valor de 171 mil euros e 59 mil euros respetivamente.

25. Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	2.084.598,65	3.532.754,09
Locações financeiras	460.454,68	573.006,88
	2.545.053,33	4.105.760,97
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	1.448.155,44	1.424.989,51
Descobertos bancários	3.000.000,00	2.000.000,00
Locações financeiras	131.857,53	351.684,99
	4.580.012,97	3.776.674,50

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	4.448.155,44	3.424.989,51
De 1 a 5 anos	2.084.598,65	2.657.159,19
A mais de 5 anos		875.594,90
Locações financeiras		
Até 1 ano	131.857,53	351.684,99
De 1 a 5 anos	297.968,66	573.006,88
A mais de 5 anos	162.486,02	
	7.125.066,30	7.882.435,47

À data de 31 de dezembro de 2017, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

Descrição	2018	2019	2020	2021	Seguintes	Total
Instituições créd. e soc. financeiras						
Empréstimos bancários	4.448.155,44	1.485.549,37	599.049,28			6.532.754,09
Locações financeiras	131.857,53	72.858,75	73.937,01	75.031,25	238.627,67	592.312,21
	4.580.012,97	1.558.408,12	672.986,29	75.031,25	238.627,67	7.125.066,30

Obs.: Na coluna seguintes, os valores a pagar terminam no ano de 2024.

Em 31 de dezembro o total dos financiamentos eram no valor de 7,1 milhões de euros, deste valor 3 milhões de euros são em empréstimos em crédito de conta corrente, no exercício anterior de 7,8 milhões de euros e de 1,5 milhões de euros, respetivamente.

A HF, neste exercício, cumpriu com os compromissos financeiros vencidos, pagamento de amortizações de capital e respetivos encargos.

Foi necessário recorrer ao longo do ano, para superar necessidades de tesouraria, a financiamentos bancários, de curto prazo, em modalidade de crédito em conta corrente, atingindo no final do exercício o montante de 1,5 milhões de euros.

O capital amortizado, durante neste exercício, foi no montante de 2,2 milhões euros.

De realçar a redução dos juros dos financiamentos, de 361 mil euros mil euros para 230 mil euros, menos 132 mil euros, justificado essencialmente por amortização de capital, renegociação/revisão das taxas de juro e respetivas comissões, bem como pelo fato de não estar a incidir nos juros qualquer indexante à taxa *Euribor* por esta encontrar negativa.

26.Outras dívidas a pagar

A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Corrente		
Fornecedores de investimentos	111.186,69	6.882,09
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e subsídio de férias	1.388.970,84	1.282.669,05
Outros credores por acréscimos de gastos	21.252,33	26.341,46
Credores por subscrições não liberadas		
Outros credores	1.354.331,51	1.329.961,42
Pessoal		
	2.875.741,37	2.645.854,02

Em outros credores por acréscimos de gastos, o mesmo regista os abonos diversos a pagar ao pessoal, tais como horas extras, subsídio agente único e os juros de financiamentos.

Nos outros credores, encontra-se registado, essencialmente, o valor a pagar à nossa subsidiária, SG, no montante de 1.261 mil euros e no ano anterior 1.273 mil euros e refere-se à venda de títulos de transporte por parte da HF.

27.Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Fornecedores c/corrente		
Gerais	1.068.687,67	1.117.893,10
Empresas subsidiárias	1.241,00	
Empresas associadas	8.788,95	
Outras partes relacionadas	9.313,04	
Facturas em recepção e conferência	24.274,79	-4.772,05
	1.112.305,45	1.113.121,05

As dívidas a fornecedores, são praticamente com uma antiguidade de saldos até 90 dias, ou seja, superior a esta é irrelevante.

Do valor apresentado, o grande relevo é para as dívidas a grandes fornecedores, tais como de gasóleo, peças, pneus, de alguns serviços de manutenção de equipamentos, de *software*, de serviços de limpeza e segurança.

28.Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados são analisados como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Vendas		
Suportes de títulos	93.850,81	493.935,97
Serviços prestados		
Títulos de transporte	13.769.106,89	13.282.107,94
	13.862.957,70	13.776.043,91

Abaixo apresentamos uma breve análise a esta rubrica:

Nas vendas e prestações de serviços, um aumento de 87 mil euros justificado, de uma forma global, do seguinte modo:

- Essencialmente nos bilhetes vendidos a bordo das viaturas, através de impressora e compensado com a redução de suportes de bilhetes que deixaram de ser vendidos, por aquele fato, e de praticamente todos os tipos de bilhetes pré-comprados, 167 mil euros;
- Nos títulos passe, se agruparmos os sociais I e II, 15 e 30 dias, sénior, invalidez e reformados, obtemos um aumento de 24 mil euros. Do mesmo modo, se agruparmos os de estudante e criança apresentam uma redução de 80 mil euros, sendo os primeiros os mais significativos;
- Uma redução de 25 mil euros nos serviços de aluguer.

Neste exercício, não houve aumento de tarifário.

29. Subsídios à exploração

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Subsídio à exploração-Indemnização compensatória		1.169.917,24
Subsídio à exploração-outros	6.382,65	5.781,86
	6.382,65	1.175.699,10

Nos subsídios à exploração, neste exercício não foi registado qualquer valor em Indemnizações compensatórias, atendendo à incerteza do seu valor e recebimento. No entanto previsto em valor aproximado de 3,3 milhões de euros.

Em 2016, foi atribuída pelo contrato assinado em 31/12/2016, o valor de 3,3 milhões de euros, sendo reduzida para 1 milhão de euros. A diferença, no montante de 2,3 milhões de euros, foi paga através da realização de prestações suplementares de Capital. O restante valor, 150 mil euros, pelo registo de 129 mil euros de IVA liquidado sobre as indemnizações compensatórias (IC) recebidas no período de agosto de 2014 a agosto de 2016 e regularizado junto da Autoridade Tributária, pelo fato da HF ter considerado que as IC não se encontravam sujeitas a IVA. Adicionalmente foi reconhecido nas demonstrações financeiras o valor de 21 mil euros de ajustamentos, relativos ao desconto da dívida da Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura e ser reconhecido nesta rubrica, de acordo com a NCRF 20.

30. Ganhos/perdas imputadas Subs., Assoc. e Emp. Conjuntos

Os Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos analisam-se conforme segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Perdas		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	-88.498,16	
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial		69.489,52
	-88.498,16	69.489,52

O valor apresentado em 2017 é o resultado líquido negativo da nossa participada SG e em 2016 um resultado líquido positivo.

31. Variação nos inventários da produção

A rubrica de Variação nos inventários da produção é analisada como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Inventários iniciais		
Produtos e trabalhos em curso	-89.119,40	-54.696,98
Regularizações		
Inventários	9.213,03	-76,13
Inventários finais		
Produtos e trabalhos em curso	37.412,90	89.119,40
	-42.493,47	34.346,29

Esta rubrica regista a variação do fabrico e reparação/recuperação de peças para o armazém, bem como das reparações em viaturas de terceiros, efetuadas na oficina da HF.

32. Trabalhos para a própria entidade

A rubrica de Trabalhos para a própria entidade é analisada como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Activos fixos tangíveis	434.428,55	327.002,35
Activos intangíveis	171.836,66	43.657,67
Inventários	158.144,66	177.154,23
	764.409,87	547.814,25

Nos ativos fixos tangíveis o montante resulta das reparações em órgãos de substituição das viaturas.

Nos ativos intangíveis, são praticamente as remunerações imputadas ao projeto subsidiado por fundos comunitários, *Civitas Destination*.

Nos inventários, refere-se a reparações/recuperações de peças para armazém.

33. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Mercadorias	39.029,12	185.880,23
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6.093.364,89	5.724.558,24
	6.132.394,01	5.910.438,47

A variação apresentada no custo das mercadorias vendidas e consumidas é de mais 222 mil euros e é justificada da seguinte forma:

- Nas mercadorias, menos 147 mil euros, referente a suportes bilhetes, atendendo que deixaram de ser consumidos a bordo das viaturas;
- Nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo, uma variação positiva de 369 mil euros, sendo:
 - No gasóleo, mais 307 mil euros, sendo o custo unitário de compra que contribuiu para o seu aumento;
 - Nos materiais diversos para viaturas, mais 62 mil euros, destacando-se para a aplicação em motores, direção eixos e travões e transmissão.

34.Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Subcontratos	1.196,19	
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	163.061,06	164.127,50
Publicidade e propaganda	18.333,30	38.911,58
Vigilância e segurança	66.812,41	77.349,48
Honorários	9.905,00	18.555,00
Comissões	154.642,99	158.113,26
Conservação e reparação	355.195,76	371.129,33
Outros		
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6.236,03	8.151,94
Livros e documentação técnica	171,64	580,17
Material de escritório	2.604,80	3.998,64
Artigos para oferta		0,00
Outros	21.228,52	28.777,68
Energia e fluidos:		
Electricidade	78.493,87	84.060,77
Combustíveis	31.473,92	28.174,62
Água	11.569,98	17.145,54
Outros fluidos	5.065,00	7.041,49
Outros		
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	4.010,51	11.526,47
Transportes de pessoal	0,00	0,00
Transportes de mercadorias	7.982,41	12.433,58
Outros serviços diversos		
Rendas e alugueres	12.074,79	11.482,14
Comunicação	61.034,77	77.192,61
Seguros	282.775,49	212.137,49
Royalties		
Contencioso e notariado	2.465,42	2.389,17
Despesas de representação	638,60	1.336,01
Limpeza, higiene e conforto	108.837,92	124.003,69
Outros serviços	161.902,80	167.525,15
	1.567.713,18	1.626.143,31

O total desta rubrica regista uma redução de 58 mil euros relativamente ao ano anterior, a diminuição, como pode ser acima observada, verifica-se em praticamente todas as rubricas, com exceção e mais expressiva, os seguros de responsabilidade civil de automóveis, mais 68 mil euros.

Estas reduções devem-se à introdução de algumas medidas de controlo de custos e a novas negociações e contratualizações.

35. Gastos com o pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Remunerações dos órgãos sociais	165.504,86	139.999,46
Remunerações do pessoal	7.119.008,12	7.051.220,97
Benefícios pós-emprego	0,00	
Indemnizações	25.000,00	88.264,54
Encargos sobre remunerações	1.580.730,56	1.552.113,70
Seguros de acidentes de trab. e doenças profissionais	77.093,54	73.228,99
Gastos de acção social	1.404,02	1.588,58
Outros gastos com o pessoal	15.863,10	2.836,34
	8.984.604,20	8.909.252,58

Nos gastos com pessoal, verificou-se um acréscimo de 75 mil euros, justificado da seguinte forma:

- As remunerações em geral e respetivos encargos apresentam variações de pouco relevo, exceto as dos órgãos sociais, mais 26 mil euros e as horas extraordinárias em 55 mil euros;
- A estimativa do valor das férias e subsídio de férias, a pagar em 2018, foi acrescida de 1,5%, percentagem prevista para o aumento salarial;
- Os valores pagos em indemnizações por rescisão de contrato de trabalho, por acordo mútuo, foram menos 63 mil euros que no exercício anterior.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de dezembro de 2017 e 2016 por cargos de direção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Órgãos sociais	3	3
Directores/Chefias superiores		
Quadros superiores	11	11
Quadros médios	8	3
Chefias intermédias	3	
Profissionais altamente qualificados	18	23
Profissionais semi-qualificados	383	389
Contratados a prazo		
	426	429

Fazemos notar que no quadro acima não inclui os 11 trabalhadores com contrato de cedência à nossa parceira, Carristur, sendo 10 motoristas e 1 administrativo.

36.Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Desempenho de cargos sociais noutras empresas	35.433,12	35.433,12
Obras para terceiros	1.121.986,57	1.185.885,62
Sucatas / desperdícios	14.419,64	8.607,55
Cedências para terceiros existências	1.018.814,22	949.664,40
Despesas debitadas a terceiros	381.223,04	395.933,23
Cedência espaço parques, publicidade e imóveis	147.754,37	201.154,62
Disp. embates e imob. de viaturas	8.711,76	7.545,20
Outros rendimentos suplementares	800,00	53,06
Descontos de pronto pagamento obtidos	590,92	168,86
Ganhos em inventários	6.503,07	42.070,45
Investimentos rest. activos financeiros		1,29
Investimentos não financeiros	933,61	257.181,89
Subsídios ao investimento	272.525,60	217.722,91
Juros obtidos	547,25	2.044,36
Outros	22.523,63	21.424,46
	3.032.766,80	3.324.891,02

A variação ocorrida nesta categoria de rendimentos foi de menos 292 mil euros. Abaixo descrevemos as variações mais significativas:

Reduções

- Em obras para terceiros, 64 mil euros, relacionadas com as obras em viaturas da SG e da nossa parceira Carristur;
- Em cedência de espaços, 80 mil euros, relacionada com o parque de estacionamento da Camacha, vendido em 2016, com publicidade afixada nos autocarros e imóveis;
- Em investimentos não financeiros, 256 mil euros, refere-se essencialmente à alienação da Estação de serviço da Camacha, também em 2016 e incluindo seus equipamentos;
- Ganhos em inventários, 36 mil euros.

Aumentos

- Em cedências para terceiros de existências, 69 mil euros, principalmente pelo valor das cedências de gasóleo à SG e à nossa parceira Carristur;

- Despesas debitadas a terceiros, 12 mil euros, pelo aumento dos bens e serviços requisitados no exterior;
- Em subsídios ao investimento, 55 mil euros, reconhecimento de subsídios, relacionados com os projetos financiados por fundos europeus e por fundos do Governo Regional da Madeira.

Nas outras variações desta rubrica não existem diferenças relevantes.

37.Outros gastos e perdas

A rubrica de outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Impostos	12.325,83	15.119,01
Perdas em inventários	8.291,90	4.730,07
Investimentos não financeiros	39.682,71	46.686,19
Donativos	1.600,20	0,00
Quotizações	3.491,28	3.491,28
Ofertas e amostras de inventários	5.015,60	10.160,20
Juros de desconto de títulos	0,00	0,00
Juros de mora e compensatórios	71,22	101,18
Outros juros	0,00	0,00
Outros não especificados	38.075,45	22.022,18
Desc. p. pag. concedidos		
	108.554,19	102.310,11

Nesta rubrica um aumento de 6 mil euros, sem nada de relevo a observar.

38.Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Gastos		
Activos fixos tangíveis	1.380.430,51	1.348.590,98
Activos intangíveis	191.655,31	48.782,05
Reversões		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis		
	1.572.085,82	1.397.373,03

Nos gastos de depreciação e amortizações, um aumento de 175 mil euros, justificado praticamente pela substituição de órgãos de viaturas, atendendo que o restante investimento foi de baixo valor e em equipamentos de comunicações, de informática, destacando o programa GIST e da instalação do sistema de tratamento de águas por Osmose.

Nos ativos intangíveis, os valores referem-se aos custos do projeto financiado por Fundos Comunitários, Civitas Detination, que a HF optou por registar nesta rubrica e reconhecer o seu custo, num só exercício, através gastos de depreciação e de amortização.

39. Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/reversões)

A HF registou em 2015 uma perda por imparidade no montante de 115 mil euros, relativa a 4 viaturas elétricas, por se encontrarem imobilizadas, por avarias, motivadas essencialmente pela parte relacionada com as baterias. À presente data encontra-se em estudo o fim a que se destinam.

40. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de juros e gastos similares é analisada como segue:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Juros suportados	156.594,52	240.180,74
Outros gastos e perdas	72.908,40	120.940,80
	229.502,92	361.121,54

Nos juros e gastos similares suportados, em menos 132 mil euros, motivado pelas amortizações de capital dos financiamentos contraídos junto das instituições financeiras e pelas reduções das taxas de juro e respetivas comissões renegociadas neste exercício.

41. Garantias

As garantias prestadas a favor de terceiros são analisadas conforme segue:

Entidade	Passivos	Limites	31-12-2017
CGD	2 Prédios (nota 6)	1.720.277,77	1.720.277,77
B BIC	Financiamento (Livrança)	1.812.476,32	1.812.476,32
B BIC	Crédito em conta corrente (livrança)	1.500.000,00	1.500.000,00
BCP	Crédito em conta corrente (livrança)	1.000.000,00	
BTA	Crédito em conta corrente (livrança)	1.500.000,00	
M. Geral	Crédito em conta corrente (livrança)	500.000,00	
CGD	Crédito em conta corrente (livrança)	2.000.000,00	1.500.000,00
CGD	Fianciamento em leasing (livrança)	167.061,54	40.655,89
BES	Fianciamento em leasing (livrança)	154.630,33	19.405,46
BIC	Fianciamento em leasing (livrança)	603.000,00	532.250,86
		10.957.445,96	7.125.066,30

As garantias prestadas de terceiros a favor da HF são analisadas conforme segue:

Descrição	Fim	31/12/2017
BP Portugal, S.A.	Caução fornecimento de Gasóleo	652.820,00
Mendes Gomes, Lda.	Caução fornecimento de 4 viaturas	13.400,00
		666.220,00

42. Divulgações de partes relacionadas

Com referência a 31 de dezembro de 2017, a estrutura acionista da Empresa, em número de ações, é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Região Autónoma da Madeira	3.391.948	3.391.948
Empresa de Electricidade da Madeira, SA	178.524	178.524
	3.570.472	3.570.472

As transações entre partes relacionadas para além das acima referidas, apresentam-se como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Vendas e prestações de serviços		
Accionistas		
Região Autónoma da Madeira		
Empresa de Electricidade da Madeira		
Subsidiárias		
Companhia dos Carros de S. Gonçalo, S.A.	2.223.044,05	3.975.762,66
Gastos		
Accionistas		
Região Autónoma da Madeira		
Empresa de Electricidade da Madeira	-99.508,04	-102.728,83
Subsidiárias		
Companhia dos Carros de S. Gonçalo, S.A.	-1.181,90	-2.391,13
Outras		
OPT	-86.721,12	-34.481,16
Outras partes relacionadas		
Herdeiros de António José Jardim Faria	-1.211,45	-1.203,95
Rubina Filipa Nunes Gonçalves	-2.602,23	-2.575,00
	2.031.819,31	3.832.382,59

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Activos		
Accionistas		
Região Autónoma da Madeira	1.008.812,44	
Empresa de Electricidade da Madeira	55.245,71	2.150,32
Subsidiárias		
Companhia dos Carros de S. Gonçalo,S.A.	1.331.232,53	1.637.902,40
Passivos		
Accionistas		
Região Autónoma da Madeira		
Empresa de Electricidade da Madeira	-8.788,95	-8.788,95
Subsidiárias		
Companhia dos Carros de S. Gonçalo,S.A.	-1.261.003,64	-1.273.502,45
Outras		
OPT	-8.870,29	-8.870,29
Outras partes relacionadas		
Herdeiros de António José Jardim Faria		-442,75
Rubina Filipa Nunes Gonçalves		0,00
	1.116.627,80	348.448,28

No ativo, os valores referem-se a:

- Nos acionistas, prestações suplementares de capital;
- Nas subsidiárias, o fornecimento de bens e serviços, tais como gasóleo, serviços de manutenção de viaturas e cedências de espaço em parques de estacionamento.

No passivo, os valores estão relacionados com venda de títulos de transporte, eletricidade, manutenção de equipamentos, artigos para armazém e serviços de advocacia.

43.Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos suscetíveis de darem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras da Empresa.

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(a que se refere o nº. 5 do Artº. 447º. do (C.S.C.) Código das sociedades comerciais)

Orgãos Sociais (Artº. 447º., nº. 1 do C.S.C.)	Nº. Ações	
	31/12/2017	31/12/2016
Exercício de 2016 até 31/03/2016:		
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL João Heliodoro da Silva Dantas António Manuel Pita Rentróia		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves João Alcindo de Freitas António José Jardim Faria		
FISCAL ÚNICO KPMG & Associados S.R.O.C., SA Rep. por João Albino Cordeiro Augusto - Roc. n.º 632		
Exercício de 2016 a partir de 01/04/2016		
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL António José Jardim Faria António Manuel Pita Rentróia		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves Cláudia Patrícia Rodrigues Pereira do Couto Cardoso Susana Maria Florenço Pinto Correia		
FISCAL ÚNICO BDO & Associados, SRQC, Lda. nº. 29 Rep. por João P. Torres da Cunha Ferreira ROC		

Acionistas (Artº. 447º., nº. 2, alínea d) do C.S.C.)	Nº. Ações	
	31/12/2017	31/12/2016
Região Autónoma da Madeira Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	3 391 948 178 524	3 391 948 178 524

Informação a que se refere o nº. 4 do Artigo 448º. do C.S.C.

Os accionistas abaixo indicados detinham em 31 de Dezembro de 2017 a seguinte posição

Acionistas	Nº. Ações	%
Região Autónoma da Madeira Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	3 391 948 178 524	95,00% 5,00%

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A. (adiante também designada por Empresa) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 31 357 042 euros e um total de capital próprio de 16 277 483 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 959 257 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida no primeiro parágrafo da secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

As Prestações Suplementares ascendem em 31 de dezembro de 2017 a 3 451 383 euros, na sequência de Assembleia Geral de 29 de dezembro de 2017 em que foi deliberado pelos Acionistas efetuarem prestações suplementares de capital no montante de 1 061 908 euros, registados por contrapartida de valores a receber dos Acionistas no Ativo, cuja realização se encontra pendente de obtenção de visto do Tribunal de Contas.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção de que:

O Capital Próprio da Empresa, mantém-se positivo e nos limites legais, por força de uma revalorização dos imóveis de sua propriedade, validada em 2014 por perito externo. Em 2017 verificou-se novo reforço de capital, por via de prestações suplementares de capital, em 1 061 908 euros. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Conforme divulgado na Nota 29 do Anexo às Demonstrações Financeiras, a Empresa, perante a indefinição sobre as entidades públicas responsáveis pela atribuição de indemnizações compensatórias e conseqüente incerteza quanto ao seu valor e momento do recebimento, tendo em consideração o princípio contabilístico da prudência, não registou no exercício de 2017 qualquer valor em Indemnizações compensatórias (2016: 1 170 000 euros), estimando a Administração que um valor de cerca de 3,3 milhões de euros poderá ser recebido. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são

consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

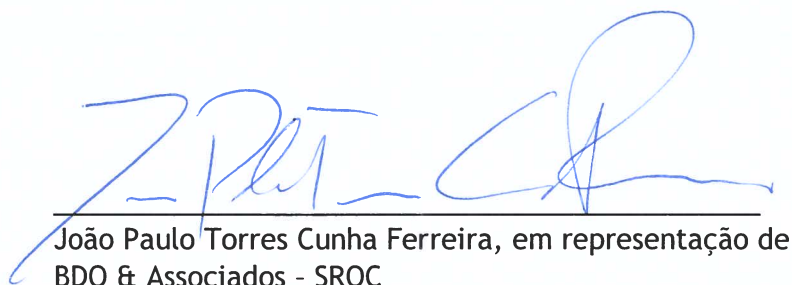
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 12 de abril de 2018

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'JPT-CF', is written over a horizontal line. Below the line, the name and affiliation of the signatory are printed.

João Paulo Torres Cunha Ferreira, em representação de
BDO & Associados - SROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2017, a atividade da Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A., examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

Assim, somos de parecer:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, apresentados pela Administração, relativos ao exercício de 2017;

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Funchal, 12 de abril de 2018

O FISCAL ÚNICO



João Paulo Torres Cunha Ferreira, em representação de
BDO & Associados - SROC, Lda.

